



Vitrail em homenagem ao Distrito Federal,
no edifício-sede da CAIXA em Brasília.
Criação do artista Lorenz Heilmair.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A.

SAUS, Quadra 05, Bloco A, Lote 9/10, Edifício Matriz II
700070-050 – Brasília – DF

André Nunes

Diretor-Presidente

Almir Alves Junior

Diretor Executivo de Governança e Riscos

Rafael Pesce

Diretor Executivo de Participações Existentes

SUMÁRIO

GOVERNANÇA DA CAIXAPAR -----	6
SOBRE A CAIXAPAR -----	6
OBJETIVOS DA CAIXAPAR -----	9
POLÍTICAS PÚBLICAS -----	10
INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS -----	12
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CAIXAPAR -----	16
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO -----	23
CAIXAPAR EM NÚMEROS -----	25
TRANSPARÊNCIA ATIVA -----	27
AUDITORIA INTERNA -----	28
AUDITORIA INDEPENDENTE -----	32
RESULTADOS DA GESTÃO -----	33
EFICIÊNCIA DA GESTÃO -----	33
RESULTADO DAS PARTICIPADAS -----	36
COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS -----	37
RECEBIMENTO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO -----	39
DESTAQUES NO PERÍODO -----	40
CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS -----	42
FATORES DE RISCO -----	47
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -----	51
RESULTADOS DE CADA PARTICIPADA -----	52
AGRADECIMENTOS -----	61

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

CAIXAPAR: CAIXA Participações S/A. Sociedade por ações, subsidiária integral da Caixa Econômica Federal

COMPLIANCE: termo em inglês que significa cumprir, executar, satisfazer, realizar algo imposto. É o dever de cumprir, de estar em conformidade e fazer cumprir regulamentos e normas internas e externas

DIAAP: Diretoria de Aquisições e Aliações de Participações

DN TCU: Decisão normativa do TCU

DIPAR: Diretoria Executiva de Participações Existentes

DIPRE: Presidência da CAIXA Participações S/A

DIGOR: Diretoria Executiva de Governança e Riscos

FIES: Financiamento Estudantil

GEGIR: Gerência Nacional de Integridade e Gestão de Riscos

IGSEST: Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

IN TCU: Instrução Normativa do TCU

JCP: Juros sobre Capital Próprio

LAP: Lotação autorizada de pessoal

M&A: Mergers and Acquisitions. Termo em inglês que significa Fusões e Aquisições

UPC: Unidade Prestadora de Contas

TCU: Tribunal de Contas da União



LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Remuneração Total dos Administradores da CAIXAPAR, prevista para 2018/2019

TABELA 2 – AUDIT - Vetores, Pactos e Premissas

TABELA 3 – Resultados dos Indicadores mensurados no exercício de 2018

TABELA 4 – Empresas que Contribuíram para o Resultado da CAIXAPAR

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Histórico de Resultados da CAIXAPAR

GRÁFICO 2 – Carteira de Investimentos da CAIXAPAR - Dez/2018

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Organograma da CAIXAPAR

FIGURA 2 – Mapa Estratégico da CAIXAPAR

FIGURA 3 – Valores Empresarias da CAIXAPAR

FIGURA 4 - Organograma da Auditoria Interna da CAIXA

FIGURA 5 – Infográfico das Participações Societárias da CAIXAPAR

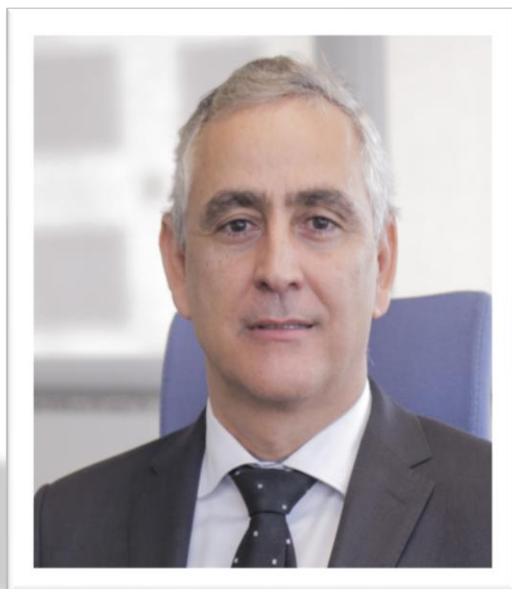
LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2018

ANEXO II – Demonstrações Contábeis do Exercício de 2018



CARTA DO PRESIDENTE DA CAIXAPAR, ANDRÉ NUNES



Em cumprimento às disposições legais, estatutárias e em linha com as melhores práticas de governança corporativa, apresentamos o presente Relato Integrado da CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O Relatório Integrado tem por finalidade compor o processo de Prestação de Contas Anual do Exercício de 2018.

A CAIXAPAR é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Brasília/DF. Foi constituída em 31 de março de 2009 como subsidiária integral da CAIXA. Sua constituição foi deliberada e aprovada pela Ata nº 195, em 30 de janeiro de 2009, pelo Conselho de Administração da CAIXA. Este ato está amparado legalmente pela Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009, que em seu Art. 1º autorizou a criação de empresas subsidiárias integrais ou controladas da CAIXA.

A Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR é identificada e definida pelo Anexo I da DN TCU nº 161/2017, nos termos do art. 3º da IN TCU nº 63/2010, como Unidade Prestadora de Contas - UPC.

A Caixa Econômica Federal, nossa acionista única, é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, de natureza jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Economia, regida pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.



CARTA DO PRESIDENTE DA CAIXAPAR, ANDRÉ NUNES

O resultado de participações da CAIXAPAR no exercício de 2018 foi o melhor em muitos anos. Em 2017 cresceu 80,5% com relação a 2016¹ e, em 2018, cresceu 415,9% quando comparado a 2017². Os resultados das participações nos anos de 2016 e 2017 foram negativos e em 2018 foi positivo em R\$ 63,44 milhões. Este é o principal indicador para a Companhia, pois retrata a capacidade de geração de valor econômico da atividade primordial da CAIXAPAR.

O resultado de participações, associado a alienação da participação da CAIXAPAR na Cielo, realizada ao longo do segundo semestre de 2018, possibilitou destinar à sua Controladora, a título de dividendos, o montante de R\$ 252.146 mil, representando 100% do saldo de resultado à disposição da Assembleia, após deduzida a reserva legal.

Entretanto, apesar do bom resultado oriundo das participações no Banco PAN e na Elo Serviços, temos outros ativos que não performaram, desde a sua criação até a presente data. No caso desses ativos que apresentam resultados negativos há anos é necessário uma criteriosa avaliação de sua permanência na carteira da CAIXAPAR. Estes estudos deverão ser objeto de avaliação ao longo do ano de 2019.

A manutenção e geração de valor econômico exige conhecimento do negócio, agilidade no processo decisório e alinhamento às boas práticas de governança corporativa. Assim, com foco nestes pilares, nossa administração priorizará: a transparência em todas as ações, de modo que elas sejam claras para todos dentro da empresa; a equidade, proporcionando tratamento justo e uniforme para todos os sócios e demais partes interessadas e, ainda, ênfase na meritocracia como critério objetivo de progressão para nossos colaboradores; a responsabilidade corporativa como meta basilar, zelando pela viabilidade econômica da organização.

Tomando, então, a responsabilidade corporativa como nosso guia, será necessário, para que a Companhia tenha sustentabilidade no longo prazo, a avaliação da continuidade e da manutenção em carteira de ativos que recorrentemente produzem resultados deficitários, assim como um esforço de alavancagem nos ativos mais promissores, notadamente o Banco PAN, a Elo Serviços, a Quod e a TecBan.

Finalmente, em um ambiente onde o mercado sinaliza tendência de crescimento na indústria de fusões e aquisições (M&A), com destaque para as operações de aquisição de controle, as expectativas para a CAIXAPAR são otimistas. Oportuno, ainda, registrar a possibilidade de o Governo Federal priorizar o desinvestimento em alguns ativos, no qual nossa controladora CAIXA se insere, oportunizando a construção de novas arquiteturas financeiras com vista a monetização de ativos, por meio da venda de participações e IPO - *Initial Public Offering*.

Deste modo a CAIXAPAR se insere plenamente como agente de M&A da sua Controladora, alinhando a consecução do planejamento estratégico à formatação de arranjos societários com vistas a contribuir para geração de valor dos investimentos e desinvestimentos do portfólio de ativos, ratificando nosso compromisso de contribuir com a competitividade, o desenvolvimento empresarial e o papel social da CAIXA.

¹ De (-R\$103.149) em 2016 para (-R\$20.082) em 2017.

² De (-R\$20.082) em 2017 para R\$ 63.443 em 2018.



BEM-VINDOS

Em atendimento ao parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal e às disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 170/2018 e das Orientações do Sistema e-Contas, o Relatório de Gestão da CAIXA PARTICIPAÇÕES S/A – Ano 2018 - tem como objetivo apresentar a CAIXAPAR aos cidadãos brasileiros e divulgar sua missão, visão, planejamento estratégico e principais resultados em 2018.



GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

A CAIXA Participações S.A. é uma sociedade anônima fechada, constituída em 2009, subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, dotada de personalidade jurídica de direito privado. Possui como diretriz adotar as estratégias do seu acionista único na gestão das participações societárias que compõem sua carteira de ativos, com perspectiva temporal de longo prazo.

A empresa realiza o trabalho de prospectar, adquirir, gerir e fazer a governança corporativa de participações societárias. A atuação da CAIXAPAR permite a expansão e a diversificação dos negócios da CAIXA em setores nos quais essa tem pouco envolvimento e em ramos complementares aos do sistema financeiro.

Atua pautando-se nas melhores práticas de governança corporativa, desenvolvimento empresarial e sustentabilidade, para garantir o fortalecimento estratégico e da competitividade da sua Controladora, por meio das empresas participadas. Buscamos excelência em sua atuação, fundada nos valores éticos, transparência e compromisso, alinhados à Controladora e a sociedade.

COMPOSIÇÃO DO
CAPITAL SOCIAL

CAIXA

100,00% O.N.

CAIXA
PARTICIPAÇÕES

Missão

Contribuir com a competitividade, o desenvolvimento empresarial e o papel social da CAIXA por meio da construção de arranjos societários e do exercício da governança corporativa.

Visão

Ser reconhecida por nosso acionista, nossos colaboradores e parceiros como agente estratégico no suporte, na qualidade e na ampliação dos produtos e serviços oferecidos pela CAIXA, dado seu papel no âmbito do conglomerado.



GOVERNANÇA DA CAIXAPAR



Atualmente a carteira de participações da CAIXAPAR é composta pelas seguintes empresas³:

- Caixa Cartões Holding S.A.
- Crescer Serviços de Orientação a Empreendedores S.A.
- Caixa Imóveis S.A.
- Negócios digitais S.A.
- BRANES Negócios e Serviços S.A.
- Elo Serviços S.A.
- Banco Pan S.A.
- QUOD – Gestora de Inteligência de Crédito S.A
- Capgemini Brasil S.A.
- TECBAN - Tecnologia Bancária S.A.
- CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização S.A.
- FIP Veneza.



³ As empresas participadas estão listadas em ordem de participação no Capital Social Total.

GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

As participações existentes têm por foco expandir e reforçar a atuação da CAIXA, sob a ótica de complementaridade e similaridade de negócios, dentro de um universo que contempla segmentos como o de operações de **crédito** no varejo e **habitacional**, meios de pagamentos, de compartilhamento de redes de terminais bancários, de tecnologia da informação e similares, buscando atingir maior **competitividade**, eficiência e agilidade.

O crescimento via complementaridade consiste em explorar novos nichos de mercado ligados a segmentos onde se identifica potencial de atuação por parte da CAIXA.

O crescimento por similaridade, por sua vez, busca reforçar a **presença** da CAIXA em nichos já explorados, visando defender e ampliar sua participação. Com efeito, as participações societárias da CAIXAPAR representam importantes instrumentos para conferir maior desempenho e **rentabilidade** aos negócios da sua Controladora.



GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

1.2 OBJETIVOS DA CAIXAPAR



Garantir alinhamento da carteira de participações à estratégia da CAIXA;



Gerar valor, direta ou indiretamente, para o Conglomerado por meio dos investimentos realizados;



Atuar na identificação de potenciais parceiros para ampliação dos negócios;



Apoiar as iniciativas inovadoras, por meio dos arranjos societários atrativos para a CAIXA.



GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

A CAIXAPAR, alinhada ao interesse público, desenvolve atividades que atendem às **políticas públicas** e ao seu objeto social conforme artigo 4º de seu Estatuto Social:

“Art. 4º. A CAIXAPAR tem por objeto social gerir participações societárias, podendo adquirir e alienar participações em empresas já existentes ou por ela criadas, públicas ou privadas, com ou sem controle, cujo objeto social mantém relação com o da CAIXA, observado o disposto na legislação que lhe é aplicável.”

1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

A CAIXAPAR é o **braço estratégico da CAIXA** nos negócios relativos a participações societárias de longo prazo, atuando em setores específicos da economia, ligados a atividades complementares e similares aos negócios de sua Controladora.

A CAIXAPAR contribui com a competitividade, o desenvolvimento empresarial e o papel social da CAIXA por meio da construção de arranjos societários e do exercício da governança corporativa. A estratégia da CAIXAPAR almeja reforçar a atuação da CAIXA, explorando sinergias que permitam à Controladora atingir com maior eficiência e agilidade seus objetivos.



GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

Além disso, a CAIXAPAR possui as seguintes atribuições:

- Adquirir e Gerir a carteira de participações societárias;
- Aquisição, Alienação e Manutenção de participações societárias;
- Exploração de atividades de participações, gestão, controle e monitoramento das carteiras de participações societárias;
- Gestão da dinâmica societária de suas participações diretas e daquelas atribuídas pela CAIXA;
- Atuação na elaboração e acompanhamento de acordos operacionais firmados entre a CAIXA e as empresas do Conglomerado, quando solicitado.

As participações societárias da CAIXAPAR representam instrumentos de eficiência e agilidade para sua Controladora. Dentro dos segmentos de atuação de cada participada são desenvolvidos novos projetos de atuação para as empresas, visando atender às novas demandas do mercado e garantir a prevalência das posições estratégicas da Controladora, preservando sempre o desempenho dos resultados das empresas, bem como a função de ativa na execução das diretrizes estratégicas do Conglomerado.



GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

1.4 INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A Caixa Econômica Federal, nossa acionista única, é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, de natureza jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Economia, regida pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

Desde que foi criada, em **1861**, a CAIXA sempre buscou ser uma instituição realmente **presente** na vida de milhões de brasileiros. Ela é, por exemplo, o agente responsável pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**), pelo Programa de Integração Social (**PIS**) e pelo **Seguro-Desemprego**, institutos presentes na vida do trabalhador formal.



Destaque-se que a CAIXA é o principal agente operador dos programas **sociais** do Governo federal, como o Bolsa Família – que beneficia mais de 13 milhões de brasileiros –, o FIES, o Programa Minha Casa Minha Vida, além de atuar na gestão das **Loterias**.



GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

1.4 INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A CAIXA desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui ainda a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, e negócios com cartões de débito e crédito.

A fim de cumprir seu **objeto social** e fazer frente a tantos desafios, a CAIXA atua em Conglomerado, por meio de participações societárias diretas ou por intermédio de subsidiárias integrais, a exemplo da CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. – CAIXAPAR.

A CAIXAPAR é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede em **Brasília**, Distrito Federal, Brasil. Foi constituída em 31 de março de 2009 como subsidiária integral da Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Controladora). Sua constituição foi deliberada e aprovada pela Ata n.º 195, em 30 de janeiro de 2009, pelo Conselho de Administração da CAIXA.



GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

1.4 INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Este ato está amparado legalmente pela Lei n.º 11.908, de 3 de março de 2009, que em seu Art. 1º autorizou a criação de empresas subsidiárias integrais ou controladas da CAIXA.

A CAIXAPAR encontra-se devidamente registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob nº 53300010277 e é regida por seu Estatuto Social, adequado à Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, e aprovado em 30 de abril de 2018 pela Assembleia Geral Extraordinária, e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis, sendo seu prazo de duração indeterminado.

Em conformidade com o art. 173 da Constituição Federal e com o art. 2º, §1º da Lei n.º 13.303/16, a constituição da Controladora CAIXA, como empresa pública, é justificada pelo **relevante interesse coletivo** marcado pela promoção da cidadania e do desenvolvimento do país, seja como **instituição financeira** ou agente de **políticas públicas** e principal parceira estratégica do Estado brasileiro, desenvolvendo suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários.



GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

1.4 INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Inclui ainda a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de **títulos e valores mobiliários**, a negócios com **cartões** de débito e crédito.



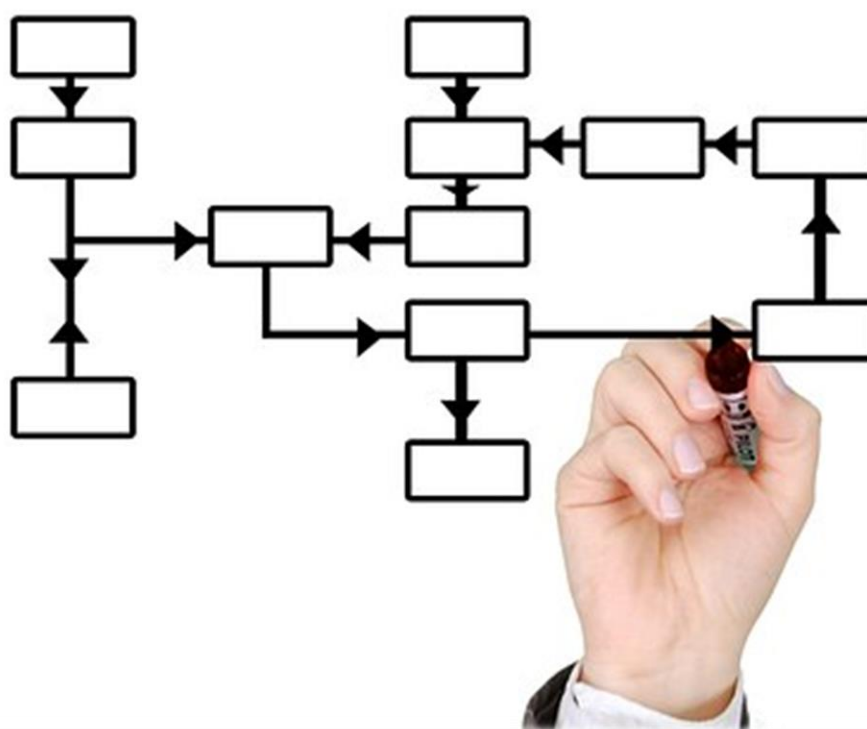
A CAIXAPAR, em seu plano estratégico, busca contribuir com a **competitividade**, o desenvolvimento empresarial e o **papel social** da CAIXA, em atividades afetas ao objeto social da Controladora, por meio da construção de arranjos societários e do exercício da governança corporativa.



GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

1.5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CAIXAPAR

O modelo de governança da CAIXAPAR tem em sua configuração a Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria compartilhado com a Controladora, corpo executivo formado pelo Diretor Presidente, três Diretores Executivos, que compõem a Diretoria, e que contam com uma estrutura de duas Superintendências Nacionais e duas Gerências Nacionais, integradas pelas equipes gerenciais e técnicas.



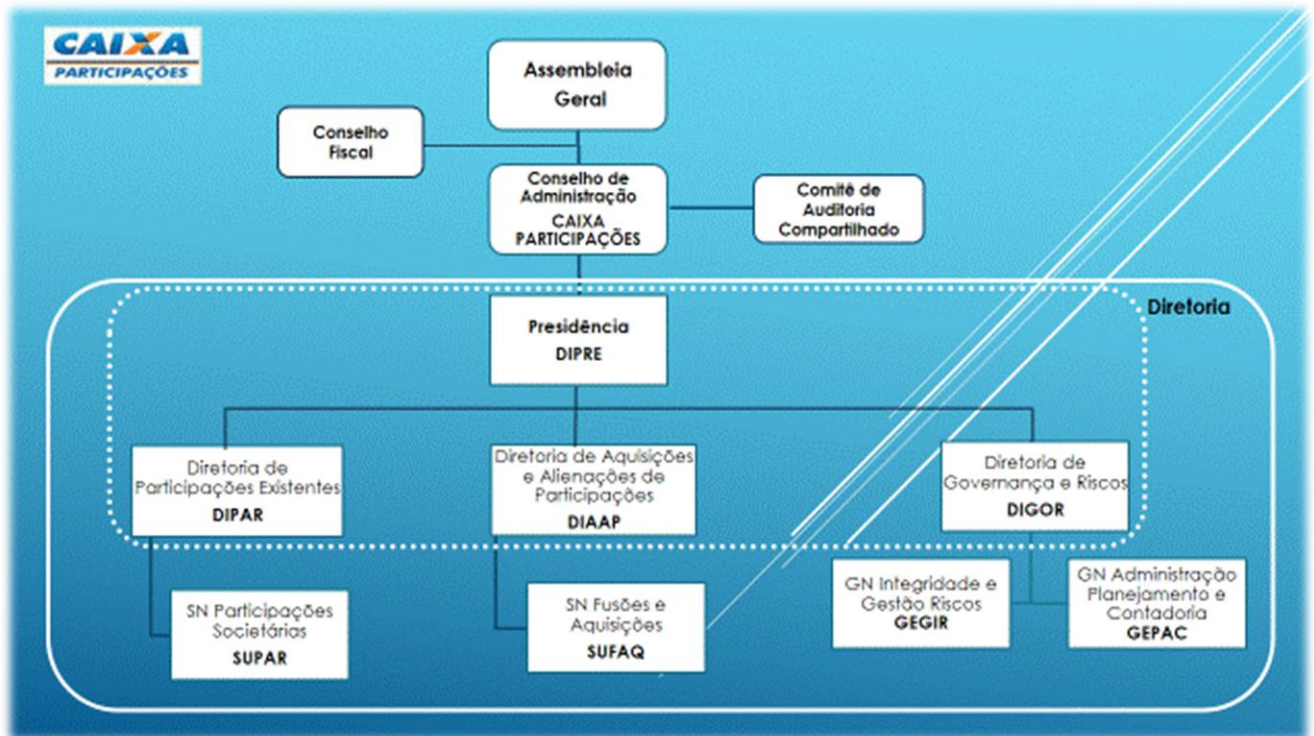
GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

1.5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CAIXAPAR

A estrutura organizacional da CAIXAPAR é o instrumento utilizado para a execução e implementação das estratégias de maneira eficiente.

Apresentamos a seguir a estrutura da CAIXAPAR:

Figura 1 – Organograma da CAIXAPAR



Para desempenhar suas atividades não finalísticas, a CAIXAPAR utiliza das prerrogativas legais estabelecidas no Convênio de Compartilhamento de Estrutura firmado com sua Controladora, que estabelece a forma de compartilhamento operacional e de serviços de áreas como: pessoal, contabilidade, auditoria, infraestrutura, jurídico, tecnologia da informação, dentre outras.



GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

1.5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CAIXAPAR

Relacionamos abaixo os Diretores, com seus currículos, e os mandatos de cada uma das Diretorias e de suas unidades vinculadas:

Diretor-Presidente da DIPRE: André Nunes

Doutor e Mestre em Economia pela Universidade de Brasília e Especialista em Administração Financeira pela FGV. É professor da Universidade de Brasília no Programa de Doutorado em Contabilidade e no Mestrado em Gestão Pública. Foi Diretor de Orçamento de Estatais na Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Diretor Executivo da Diretoria de Participações Existentes da CAIXAPAR. É membro do Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal e do Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal. Foi conselheiro do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal e membro do Comitê de Ética em Pesquisa do UniCEUB. Atualmente é o Diretor Presidente da CAIXA Participações S/A.

Mandatos da DIPRE:

- Relacionamento institucional da CAIXAPAR;
- Representação da CAIXAPAR em discussões estratégicas da controladora;
- Demandas estratégicas da controladora;
- Suporte ao funcionamento da presidência e dos órgãos colegiados da CAIXAPAR;
- Condução das indicações de Conselheiros, Dirigentes, Comitês Estatutários, Comitês Delegados, Conselho Fiscal e órgãos estatutários colegiados da administração.



GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

Diretor da DIPAR: Rafael Pesce

Graduado em Administração de Empresas com especialização em Finanças. Possui Extensão Universitária em Berkeley, California/EUA e a Certificação profissional CPA-20/ANBIMA. Desempenhou diversas funções, entre elas: Analista, Gerente, Superintendente e Diretor no Banco de Investimentos CR2 entre os anos de 2001 a 2013. Ingressou no Grupo Brasil Plural em maio de 2013, atuando como Diretor Financeiro e Administrativo, Diretor da BRPP Gestão de Produtos Estruturados, atuando como responsável pela equipe de Gestão, Private Equity e M&A, assim como pelo Compliance e Prevenção à Lavagem de Dinheiro. Atualmente é o Diretor Executivo da Diretoria de Participações Existentes da CAIXA Participações S/A.

Mandato da DIPAR:

- Controle e Monitoramento das participações societárias.

SUPAR – SUPERINTENDENCIA NACIONAL PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

- Controle e monitoramento societário das participações e de seus resultados;
- Assessoramento aos conselheiros para o exercício de direito das participações;
- Governança das participações;
- Gestão técnica e monitoramento dos indicadores econômico-financeiros das participações;
- Incorporação ao portfólio das novas participações após finalização da aquisição pela DIAAP;
- Monitoramento e controle da implementação das decisões dos órgãos colegiados das participações.



GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

1.5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CAIXAPAR

DIAAP – DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E ALIENAÇÕES DE PARTICIPAÇÕES

- Estratégia de Participações;
- Fusões, aquisições e alienações do Conglomerado CAIXA;
- Validação de Investimentos e Desinvestimentos.

SUFAQ – SUPERINTÊNCIA NACIONAL FUSÕES E AQUISIÇÕES

- Avaliação Estratégica das Participações;
- Implantação de novos negócios;
- Avaliação da viabilidade econômico-financeira de Participações;
- Análise de novas participações;
- Precificação dos negócios.



GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

1.5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CAIXAPAR

Diretor da DIGOR: Almir Alves Junior

Graduado, Mestre e Doutor em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval/RJ. Graduado em Administração pela Universidade Santa Úrsula/RJ, possui Especialização em Gestão Internacional pela COPPEAD/UFRJ.

Atuou como Assessor Chefe de Controle Interno na Secretaria-Geral da Marinha. Atuou também como Gerente de Obtenção na Comissão Naval Brasileira em Washington (EUA) por dois anos. Foi Diretor do Depósito de Material Comum da Marinha no Rio de Janeiro e Diretor do Serviço de Assistência Social da Marinha. Realizou Intercâmbio com a Marinha Argentina, na área de logística, atuando nas cidades de Buenos Aires, Mar Del Plata e Porto Belgrano. Como militar da reserva, ocupou o cargo de Assessor do Secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa e o de Chefe de Gabinete do Secretário de Produtos de Defesa, no período de maio de 2013 a janeiro de 2016. De maio de 2016 até dezembro de 2018 atuou na Diretoria de Gestão de Programas da Marinha. Atualmente é o Diretor Executivo da Diretoria de Governança e Riscos da CAIXAPAR.

Mandato da DIGOR:

- Desenho, implementação e evolução da Governança corporativa da CAIXAPAR.

GEGR – GERÊNCIA NACIONAL INTEGRIDADE E GESTÃO DE RISCOS

- Política, cultura e gestão de riscos;
- Sistema de Controle Interno, Integridade e Transparência da CAIXAPAR;
- Monitoramento de 2ª linha das participações;
- Compliance da CAIXAPAR;
- Relacionamento com órgãos reguladores e de fiscalização.



GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

1.5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CAIXAPAR

GEPAC – GERÊNCIA NACIONAL ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA

- Coordenação da formulação e revisão do Planejamento Estratégico da CAIXAPAR;
- Elaboração, execução e controle orçamentário da CAIXAPAR;
- Controle e execução financeira da CAIXAPAR;
- Melhoria dos processos;
- Pessoas, Infraestrutura, TI, segurança, logística, compras e contratações;
- Acordos de compartilhamento com o Conglomerado CAIXA.

Disponibilizamos, a remuneração total dos administradores da CAIXAPAR prevista para 2018/2019, conforme segue:

Tabela 1 - REMUNERAÇÃO TOTAL DOS ADMINISTRADORES DA CAIXAPAR PREVISTA PARA 2018/2019

REMUNERAÇÃO TOTAL DOS ADMINISTRADORES DA CAIXAPAR AUTORIZADO PELA SEST				
PERÍODO DE 2018/2019 ¹				
CARGO	MEMBROS POR CARGO ⁴	REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL (Honorários ou Pró-labore)	REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ²	BENEFÍCIOS e outros ³
A - PRESIDÊNCIA				
PRESIDENTE		602.882,64	180.864,80	703.802,18
TOTAL PRESIDÊNCIA	1			1.487.549,62
B - DIRETORIAS EXECUTIVAS				
DIRETOR EXECUTIVO		1.507.236,84	394.772,16	1.792.048,32
TOTAL DIRETORIAS EXECUTIVAS	3			3.694.057,32
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
CONSELHEIRO		400.043,49		80.008,67
TOTAL CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	7			480.052,16
CONSELHO FISCAL				
CONSELHEIRO		171.447,21		34.289,43
TOTAL CONSELHO FISCAL	3			205.736,64
TOTAL DE REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS REALIZADA NO PERÍODO 2018/2019	14			5.867.395,74

1. O Período (exercício) reportado da Remuneração Global dos Administradores e Conselheiros está compreendido entre 01/04/2018 a 31/03/2019.

2. O valor informado de remuneração variável é o limite autorizado no ano 2018, sendo que seu pagamento varia conforme o atingimento das metas dos grupos de indicadores previstos no programa vigente e à avaliação de desempenho individual.

3. Foram considerados os valores máximos para os benefícios: gratificação natalina, gratificação de férias, auxílio alimentação, auxílio moradia, plano de saúde, quarentena e previdência complementar, bem como despesas com INSS e FGTS.

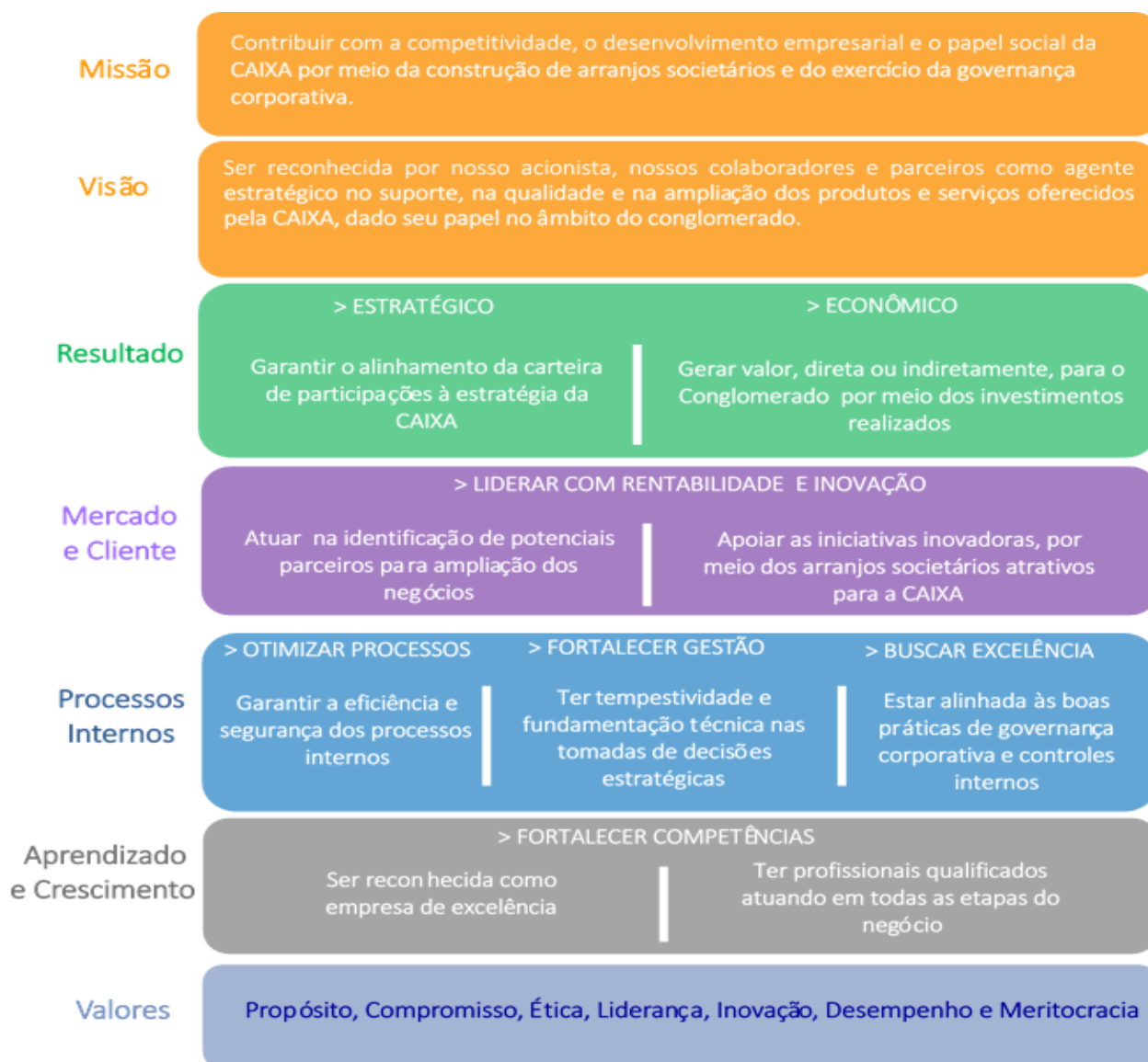
4. A CAIXAPAR possui em sua arquitetura organizacional 1 Presidência e 3 Diretorias Executivas sendo: Diretoria de Governança e Riscos, Diretoria de Aquisições e Aliações de Participações e Diretoria de Participações Existentes. Foram previstas sete vagas para Conselheiros de Administração em atendimento à Lei nº 13.303/16.



GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

O Planejamento Estratégico, em atendimento à Lei 13.303/2016, é revisado com periodicidade anual. No exercício de 2018, a proposta de Planejamento Estratégico foi apreciada e aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração da CAIXAPAR, conforme segue:

Figura 2 – Mapa Estratégico CAIXAPAR










GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

1.6 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O mapa estratégico visa orientar os empregados e unidades na busca pelos objetivos estratégicos da CAIXAPAR. Estes objetivos estão relacionados não somente ao negócio, mas também à gestão e ao valor que a Empresa proporciona para a sua Controladora, bem como para a sociedade. Diante disso apresentamos os valores empresariais que norteiam e suportam os componentes da Visão da Empresa, bem como os indicadores estratégicos.

Figura 3 – Valores Empresarias da CAIXAPAR

Conceito	Valor
 Propósito	Trabalhamos para contribuir na estratégia da CAIXA
 Compromisso	Sentimos orgulho e paixão pelo nosso trabalho
 Ética	Agimos sempre pautados pela ética
 Desempenho	Somos responsáveis pelo desempenho eficiente e sustentável
 Meritocracia	Promovemos a meritocracia e o desenvolvimento profissional
 Liderança	Acreditamos que a liderança se faz pelo exemplo
 Inovação	Somos inovadores no que fazemos

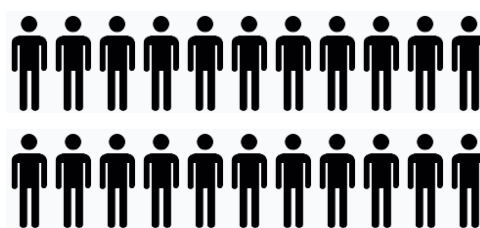
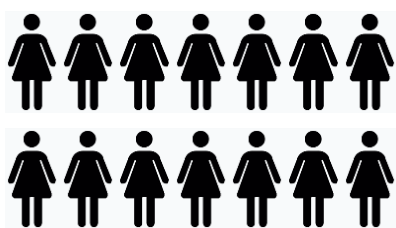
Os indicadores estratégicos são revisados, anualmente, em conjunto com o Planejamento Estratégico, onde deve constar as metas mais importantes para a Companhia.



GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

O quadro de pessoal da CAIXAPAR é composto exclusivamente por empregados disponibilizados por sua Controladora, Caixa Econômica Federal, mediante **Convênio de Compartilhamento** de Estrutura com consequente **ressarcimento** dos custos, e em casos especiais definidos pela Diretoria, a contratação de mão de obra por prazo determinado e de estagiários.

Em 31 de dezembro de 2018, a empresa contava com uma Lotação Autorizada de Pessoal (LAP) de **36 colaboradores** distribuídos entre as quatro Diretorias, da seguinte forma: 04 dirigentes, 32 empregados com funções técnicas, gerenciais e de assessoramento, sendo **14 mulheres e 22 homens**. Todos os empregados possuem, ao menos, curso de pós-graduação e exercem suas atividades na sede da empresa localizada na Capital Federal.



Visando aprimorar e ampliar os conhecimentos técnicos de seus empregados, a CAIXAPAR adota o processo de aprendizagem e capacitação profissional interna, utilizando-se da Universidade CAIXA, bem como capacitações externas especializadas, buscando a excelência técnica necessária e inerente à gestão de participações.



GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

Além disso, a CAIXAPAR oferece aos seus empregados um programa de incentivo ao estudo de idiomas estrangeiros.

A CAIXAPAR assegura aos seus empregados **benefícios** idênticos àqueles concedidos pela CAIXA. Acompanha sua Controladora na sua política de pessoal e em 2018 desenvolveu o Programa de Avaliação de Desempenho que visa colocar os empregados lotados na CAIXAPAR em condições **igualitárias** aos demais empregados da CAIXA na progressão da carreira.

Oferta ainda outros programas da Controladora que visam à melhoria da **qualidade de vida do quadro de empregados disponibilizados**, como o PCMSO – Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional, o Programa de Custeio ao Tratamento Antitabagista, o Programa de Educação e Orientação Nutricional, Campanha de Vacinação contra Gripe, o Programa de Promoção à Saúde da Mulher e do Homem, dentre outros. Além disso, os empregados podem participar do Fundo de Previdência da Controladora.



GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

A CAIXAPAR oferece à sociedade a página Institucional, bem como os seguintes canais para contato, compartilhados com a controladora:

<http://www.caixa.gov.br/caixa-par>



<https://www.contatoseguro.com.br/caixa>

CANAL DE DENÚNCIA

 0800 726 0101

SAC CAIXA

 0800 725 7474

OUVIDORIA CAIXA

Fale Conosco



Sugestões



Elogios



Dúvidas



Reclamações

<http://fale-conosco.caixa.gov.br/wps/portal/faleconosco>



Acesso à
Informação

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão



GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

A Auditoria Geral (AUDIT) da CAIXA presta serviços de auditoria interna à CAIXAPAR por força do Termo Aditivo Operacional ao Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura firmado entre a Controladora e a Caixa Participações S.A.

Instituída com base no Decreto 93.216/1986, substituído pelo Decreto 3.591/2000 - cujos artigos 14, 15, 16 e 17 foram ajustados pelo Decreto 4.440/2002, a AUDIT tem sua atividade disciplinada pela IN CGU nº 3/2017, que aprovou o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, e pela Resolução CMN nº 4.588/2017 que regulamenta as atividades de auditoria interna nas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

A AUDIT está sujeita, também, às normas publicadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), criada por meio do Decreto nº 6.021/2007.

A AUDIT observa, no que for aplicável, as normas e procedimentos do *The Institute of Internal Auditors (IIA)*, representado no Brasil pelo Instituto de Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil), as orientações do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os padrões reconhecidos como melhores práticas.



GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

O modelo de atuação da AUDIT é sustentado por sua missão e visão, quais sejam, respectivamente, “contribuir para o aperfeiçoamento do processo de governança e o alcance dos objetivos estratégicos do Conglomerado CAIXA, por meio de entregas relevantes e tempestivas à Alta Administração” e “ser reconhecida pela qualidade e relevância dos trabalhos”.

Para o cumprimento da missão, visão e normas reguladoras de suas atividades, a AUDIT pauta sua atuação em vetores, pactos e premissas, os dois primeiros relacionados ao comportamento de seus profissionais e o terceiro ao modelo de atuação, mencionados abaixo:

Tabela 2 – Vetores³ – Pactos⁴ - Premissas

Atuação	Descrição
Vetores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atitude; ▪ Entrega; ▪ Disposição.
Pactos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cooperação; ▪ Corresponsabilidade; ▪ Confiança.
Premissas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atuação na 3ª linha de defesa; ▪ Auditoria em processos; ▪ Especialização das equipes nos processos a serem auditados; ▪ Visão digital.

O modelo de atuação da AUDIT se sustenta em quatro pilares: (1) atuação na 3ª linha de defesa, em consonância com a IN CGU nº 3/2017 na busca pela aplicação eficiente, eficaz e efetiva dos recursos; (2) auditoria em processos críticos; (3) especialização das equipes nos processos a serem auditados; e (4) visão digital.

³ Manual Normativo da CAIXA – NS 107

⁴ Idem nota 1



GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

A AUDIT, conforme demonstrado no organograma da auditoria, vincula-se ao Conselho de Administração (CA) por força do Estatuto da CAIXA, relaciona-se com o Comitê de Auditoria na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional e sujeita-se às orientações e determinações dos órgãos federais de controle e de fiscalização, conforme legislação específica.

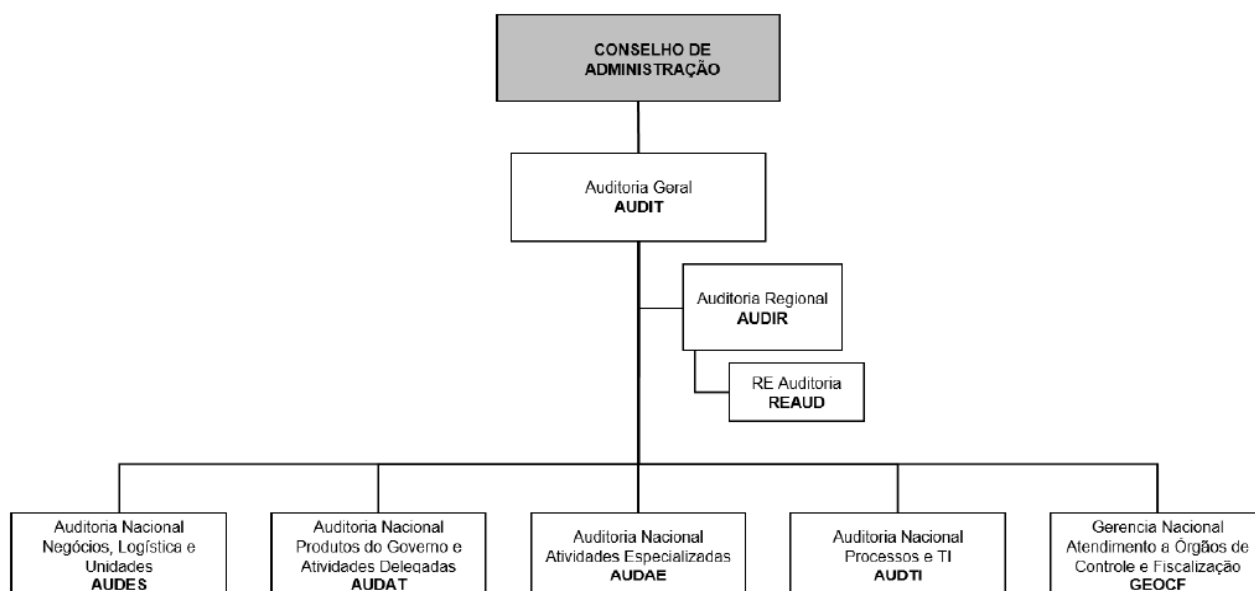


Figura 4 - Organograma da Auditoria Interna da CAIXA

Na CAIXA Participações S.A. são programados trabalhos anuais e follow-up de trabalhos anteriores com foco de atuação nos seguintes segmentos: governança e riscos, contabilidade, gestão de pessoas, aquisições e alienações de participações, governança das participações e prestação de contas.

GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

Os trabalhos de auditoria são realizados pelas equipes especializadas e conduzidos pela Auditoria Regional Matriz/DF e pela Auditoria Regional Brasília/DF e, em 2018, foram executados nove trabalhos, sendo cinco operacionais e quatro contábeis.

Referente aos trabalhos operacionais, três não apresentaram fragilidades relevantes, sendo dois no segmento de gestão de pessoas e um no segmento de prestação de contas e dois apresentaram fragilidades relevantes descritas a seguir:

- no trabalho de avaliação de adequação do estatuto, estrutura e normas internas da CAIXAPAR às determinações contidas na Lei 13.303/2016 e no Decreto 8.945/2016, foi verificado que não foram elaboradas políticas, relatórios e cartas anuais previstas nos requisitos mínimos de transparência da lei, as informações da CAIXAPAR estão em local de difícil acesso no site da CAIXA e o Regimento Interno do CA e do Conselho Fiscal estão em desacordo com a lei e o decreto;
- no follow-up de trabalho anterior que avaliou a governança, gestão, controle e monitoramento das participações societárias do conglomerado CAIXA, foi verificado que os apontamentos efetuados para a empresa CRESCER relacionados à utilização do regime de caixa para registro das receitas de serviços prestados, o desalinhamento entre Estatuto, Acordo de Acionistas e Regimento Interno do Comitê de Auditoria (COAUD) para reporte ao Conselho de Administração (CA) e a frequência de reuniões do COAUD permanecem pendentes de solução, motivo pelo qual foram encaminhadas novas recomendações à CAIXAPAR.

No tema Contabilidade, foram executados os trabalhos de auditoria com o objetivo de avaliar a observância das normas, regulamentos e padrões aplicados aos registros contábeis da CAIXAPAR, inclusive suporte documental; a confiabilidade dos controles internos de natureza contábil e a exatidão dos dados operacionais gerados para a contabilidade, sendo identificada insuficiência no controle dos procedimentos de acompanhamento dos recursos financeiros disponíveis em um dos trabalhos.



GOVERNANÇA DA CAIXAPAR

Os trabalhos de auditoria independente nas demonstrações contábeis da CAIXAPAR são realizados por empresa de auditoria contratada pela Controladora, mediante o Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura.



Informamos que a empresa PricewaterhouseCoopers (PwC), inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 61.562.112/0001-20 e na Comissão de Valores Mobiliários - CVM sob o código 2879, examinou as demonstrações contábeis da CAIXAPAR e emitiu o Relatório para as Demonstrações Contábeis, conforme Anexo I.



RESULTADOS DA GESTÃO

No exercício 2018, o resultado da CAIXAPAR foi de um Lucro Líquido de R\$ 39,5 milhões e ganhos de R\$ 265,4 milhões, registrados diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica Lucros ou Prejuízos Acumulados. Desse valor, 91% foi proveniente da venda das ações da CIELO S.A. e do reprocessamento dos tributos recolhidos a maior, quando do aumento da participação na investida TecBan, ocorrida no ano de 2014.

A Companhia realizou investimentos na ordem de R\$ 57,7 milhões, com destaque para Quod no valor de R\$ 36,0 milhões e TecBan no valor de R\$ 6,3 milhões. Com relação ao resultado do período, destacam-se as receitas provenientes de equivalência patrimonial das investidas no montante de R\$ 63,4 milhões, cabendo evidenciar a originada pelo Banco Pan e Elo Serviços. Por outro lado, foi constituída provisão em virtude da estrutura de opção de venda das Investidas CAIXA Crescer e FIP Veneza no valor de R\$ 87,8 milhões.

O Banco PAN gerou para a CAIXAPAR receita de equivalência patrimonial no montante de R\$ 76,2 milhões, contribuindo com 95,37% para o resultado total de R\$ 79,9 milhões de receita de equivalência patrimonial em 2018.

A destinação do saldo à disposição da Assembleia, relacionado ao resultado da CAIXAPAR, no total de R\$ 265,4 milhões, foi aprovada pelo Conselho de Administração da CAIXAPAR, “*ad referendum*” da Assembleia, nos seguintes termos: 5% do total, perfazendo R\$ 13,3 milhões para constituição de reserva legal; e o restante destinado ao pagamento de dividendo, no montante de R\$ 252,1 milhões.



RESULTADOS DA GESTÃO

A Diretoria da CAIXAPAR conduziu a execução do Plano de Negócios e a Estratégia de Longo Prazo, visando o atingimento das metas e sustentabilidade do resultado. A fim de demonstrar o atingimento dos objetivos estratégicos, disponibilizamos as metas e resultados dos indicadores mensurados, no exercício de 2018, para a execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, conforme segue:

Tabela 3 - Resultados dos Indicadores mensurados no exercício de 2018

Indicador	Métrica	2018		
		Meta	Resultado	Realizado/ Meta
Retorno de Capital	(EBITIDA (LAJIDA) x 100 / Passivo oneroso do exercício anterior, onde o passivo oneroso é o somatório do patrimônio líquido com o total de empréstimos e financiamentos, inclusive AFAC e debêntures	0,20%	-0,36%	-180,00% ↓
Projeção de Investimento ¹	Investimento realizado / Investimento projetado	85%	31,88%	37,50% ↓
Efetividade de Resultado das Participadas	Resultado realizado de Participações / Resultado de Participações Orçado	90%	220,61%	245,13% ↑

1 - Investimentos previstos e não realizados somaram R\$ 122,4 milhões (CAIXA Cartões - R\$ 48,8 MM, Banco Digital - R\$ 23,6 MM e DTVM - R\$ 50,0 MM)

Informamos que a meta foi atendida para o indicador “Efetividade de Resultado das Participadas”. Destacamos que o resultado de participações da CAIXAPAR, no exercício de 2018, foi o mais significativo em muitos anos, saindo de (-R\$20.082) mil em 2017 para R\$63.443 mil em 2018.

Em atenção ao indicador “Retorno de Capital”, mesmo com uma meta não desafiadora, o resultado apurado não atingiu o esperado.



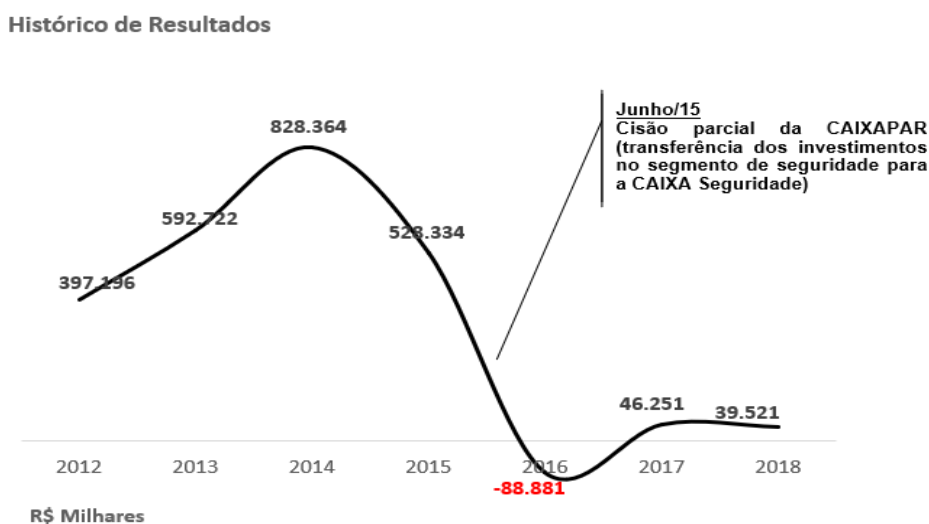
RESULTADOS DA GESTÃO

O Indicador “Projeção de Investimento” não teve sua meta alcançada, em virtude da reorientação e revisão estratégica definida pela Controladora, em particular para os projetos: CAIXA Cartões; DTVM e Banco Digital.

Informamos que a CAIXAPAR revisou a sua Estratégia de Longo Prazo em 2018, entretanto, considerando a nova orientação estratégica da Controladora, a Companhia deverá visitar a sua Estratégia de Longo Prazo, adequando-a às diretrizes da CAIXA.

Demonstramos por meio do histórico dos resultados da CAIXAPAR, que o Lucro Líquido apresentou queda, de aproximadamente 14%, em comparação ao resultado do exercício de 2017, conforme segue:

Gráfico 1 – Histórico de Resultados da CAIXAPAR



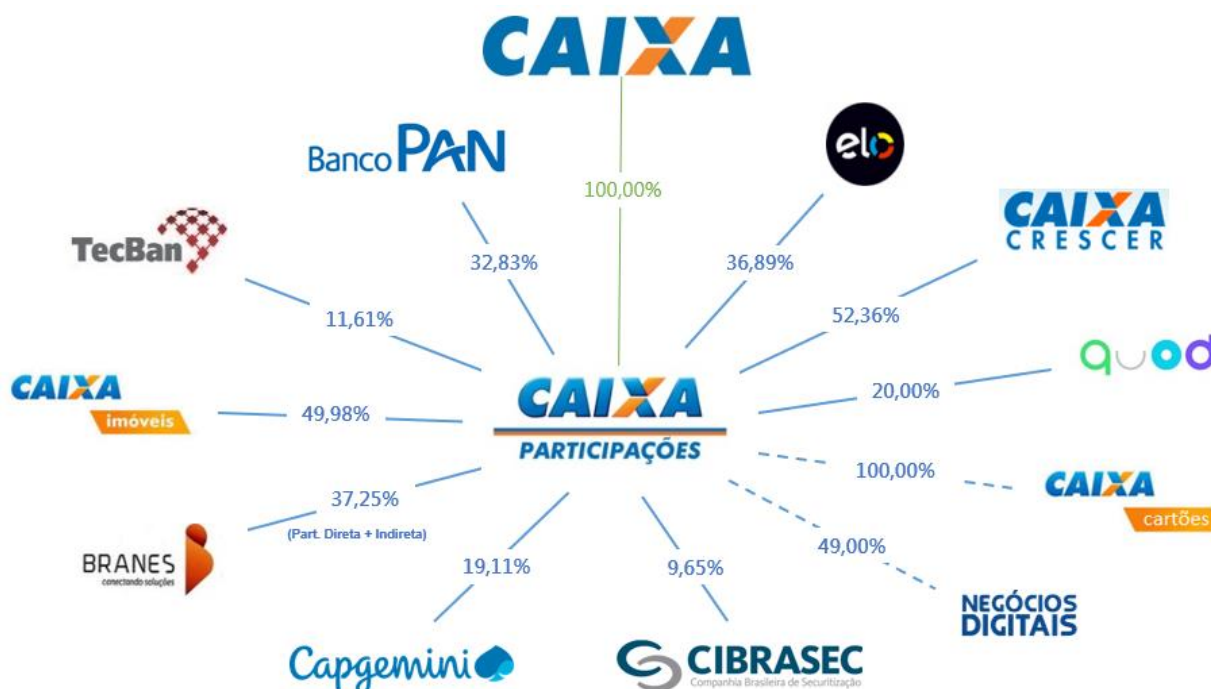
RESULTADOS DA GESTÃO

A CAIXAPAR presta apoio técnico e assessoramento aos Representantes indicados, para a tomada de decisão no exercício da gestão das participações societárias integrantes da sua carteira, conforme formalizado em norma interna (XP106 – Governança em Participações Societárias).

Também atua junto às demais participações societárias em que a CAIXA é acionista direta, sendo esse serviço previsto no Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura.

A participação relativa de cada um dos investimentos contidos na carteira de participações societárias, está apresentada no infográfico abaixo:

Figura 5 – Infográfico das Participações Societárias da CAIXAPAR



RESULTADOS DA GESTÃO

2.2 RESULTADO DAS PARTICIPADAS COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A carteira de participações societárias da CAIXAPAR é composta por investimentos avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial, totalizando **R\$1.970,4 milhões** em 31/12/2018.

Em decorrência da alienação ao longo do segundo semestre de 2018 da sua posição acionária no ativo Cielo, classificadas como Títulos de Renda Variável, a CAIXAPAR não apresenta exposição relevante ao fator de risco de mercado no encerramento do exercício social.

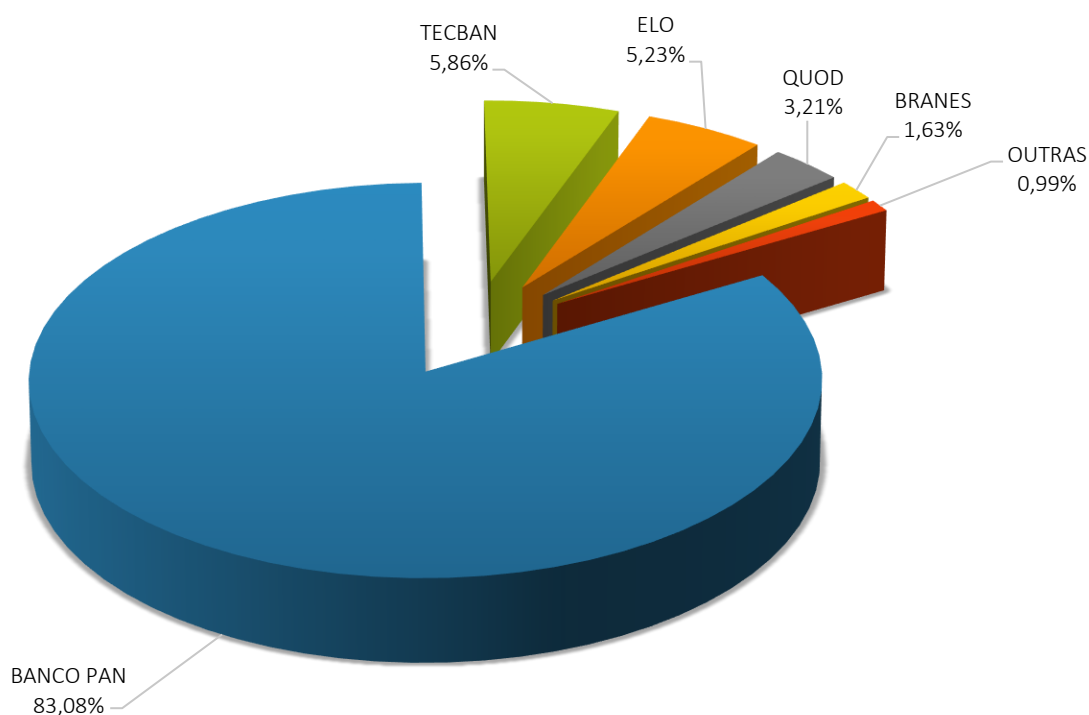


RESULTADOS DA GESTÃO

2.2 RESULTADO DAS PARTICIPADAS COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

O gráfico a seguir demonstra a participação de cada empresa da carteira no total dos Investimentos da CAIXAPAR.

**Gráfico 2 - Carteira de Investimentos da CAIXAPAR
Dez/2018**



Fonte: CAIXA/GECTC

Elaboração: DIPAR



RESULTADOS DA GESTÃO





As receitas recebidas pela CAIXAPAR provenientes de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) decorrem do desempenho financeiro das suas participadas.

Em 2018, as empresas que contribuíram para este grupo de receita foram:

- Cielo
- Banco Pan
- Elo Serviços
- Cibrasec

Somando **R\$53,6 milhões** e representando um **aumento de 129,8%** em relação ao exercício de 2017, conforme abaixo:

Tabela 4 – Empresas que Contribuíram para o Resultado da CAIXAPAR

	2018	2017
 Cielo	27.501.083	21.324.116
 Banco PAN	19.480.219	-
 Elo	5.955.609	1.423.322
 CIBRASEC	625.595	562.173
TOTAL:	53.562.506	23.309.611

R\$ Reais

Fonte: CAIXA/GECTC



RESULTADOS DA GESTÃO

Em 2018, a CAIXAPAR efetivou integralização na Caixa Imóveis S.A (anteriormente denominada Habitar Negócios e Serviços S.A.) no montante de R\$ 5,2 milhões, conforme cronograma de integralização definido entre os sócios.

Durante o ano de 2018, a Capgemini Brasil S.A. emitiu debêntures no valor total de R\$ 255 milhões, integralmente subscritas pelas Capgemini Latin America. Trata-se de debêntures simples, não conversíveis em ações, sob a forma nominativa, sem garantia, de natureza perpétua, com subordinação aos demais credores e preferência em relação aos demais acionistas.

A participação da CAIXAPAR na investida CAIXA Crescer foi alterada de 49,00% para 52,36% do capital total, após subscrição e integralização de R\$ 9,0 milhões. A participação da CAIXAPAR no capital votante da Companhia permaneceu em 49,00%.

Houve também a alteração na participação societária no Banco PAN de 40,35% para 32,83%, devido à subscrição e integralização de novas ações, realizadas exclusivamente pelo Banco BTG e outros acionistas, no valor de R\$ 400 milhões. Não obstante, quando da diluição da CAIXAPAR ficou pactuada uma opção de compra e venda possibilitando o realinhamento da participação detida pelos acionistas controladores.

Em março de 2018 a CAIXAPAR concluiu o exercício da opção de compra de ações da investida Elo Serviços S.A., então detidas pelo acionista Elo Participações S.A., alterando sua participação de 33,33% para 36,89% do capital total. O exercício de compra e venda de ações entre os acionistas está previsto em cláusula de variabilidade no acordo de acionistas.



RESULTADOS DA GESTÃO

Também em março de 2018, a CAIXAPAR adquiriu, por R\$ 6,27 milhões, ações da Tecban -Tecnologia Bancária S.A., até então detidas pelo Citibank, alterando sua participação no capital total da Tecban de 10,00% para 11,61%.

Em 30 de abril de 2018, foi aprovado o novo Estatuto Social da CAIXAPAR pela Assembleia Geral Extraordinária, em adequação à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Em julho de 2018, os acionistas da GIC – Gestora de Inteligência de Crédito, aprovaram a mudança do nome fantasia, adotando a denominação QUOD.

Em dezembro de 2018 foram criadas a CAIXA Cartões Holding S.A. (CAIXA CARTÕES), e a Negócios Digitais S.A. A Caixa Cartões, subsidiária integral da CAIXAPAR, foi constituída com fundamento na autorização concedida pela Lei n.º 13.262, de 22 de março de 2016, combinada com a Lei n.º 11.908, de 03 de março de 2009. Tem sede e foro na cidade de Brasília e seu objeto social consiste em: (a) gerir participações societárias, podendo adquirir e alienar participações em empresas já existentes ou por ela criadas, públicas ou privadas, com ou sem controle, cujo objeto social seja relacionado a meios de pagamento, abrangendo, mas não se limitando a tanto, atividades de emissão, gestão de contas, bandeira, adquirência, credenciamento, facilitação e fidelização; e (b) explorar quaisquer direitos e atividades comerciais ligadas a meios de pagamento. A Negócios Digitais S.A. é uma sociedade de capital fechado, cujo objeto social consiste na comercialização de produtos bancários e não bancários, por meio de plataforma eletrônica; intermediação de negócios relacionados a operações de crédito, promoção de negócios, pesquisas e informações cadastrais; serviços relacionados à cobrança; atendimento e suporte a clientes; gestão e processamento de dados; entre outros.



CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

3 CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura organizacional da CAIXAPAR dispõe de áreas consideradas estratégicas para o gerenciamento de riscos e controles internos. A Diretoria Executiva de Participações Existente – DIPAR, tem dentre seus mandatos a Governança, Gestão, Controle e Monitoramento das participações societárias e a Gerência Nacional de Integridade e Gestão de Riscos - GEGIR, vinculada à DIGOR – Diretoria Executiva de Governança e Riscos, com as seguintes macroatividades:

- Política, cultura e gestão de riscos;
- Sistema de Controle Interno da CAIXAPAR e Integridade;
- Monitoramento de 2ª linha das participações;
- *Compliance* da CAIXAPAR;
- Relacionamento institucional com órgãos reguladores e fiscalizadores.



CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Conselho de Administração da CAIXAPAR aprovou nova estrutura da Companhia em dezembro de 2017. Com a aprovação houve o provimento inicial da equipe da GEGIR em fevereiro/2018, com 2 empregados. A partir do provimento inicial, a Gerencia Nacional de Integridade e Gestão de Riscos, realizou as seguintes entregas:

- 04/2018 – Aprovação e Implementação do Novo Estatuto da CAIXAPAR, adequado à Lei 13.303/16;
- 06/2018 – Adesão ao compartilhamento do COAUD e COREM com a Controladora;
- 08/2018 – Formalização, por norma interna, do Regime de Alçadas;
- 08/2018 – IGSEST - Preenchimento;
- 10/2018 – Revisão da Política de Investimentos;
- 10/2018 – Formalização, por norma interna, do Programa de Avaliação de Desempenho de Representantes Indicados;
- 12/2018 – Formalização, por norma interna, da Transparência Ativa da CAIXAPAR;
- 12/2018 – Atendimento das Recomendações da CGU (Auditoria Anual de Contas).



CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A GEGIR, vinculada à DIGOR, realiza o monitoramento de 2ª linha das participações, atuando como elo entre os ambientes de controle das Participadas, da CAIXAPAR e da CAIXA, além das seguintes responsabilidades estatutárias:

- I. propor políticas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos para a Empresa, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, e comunicá-las a todo o corpo funcional da organização;
- II. verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da Empresa às leis, normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis;
- III. comunicar à Diretoria, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à Empresa;
- IV. verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes;



CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

V. verificar o cumprimento do Código de Conduta e Integridade, conforme art. 18 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como promover treinamentos periódicos aos empregados e dirigentes da Empresa sobre o tema;

VI. coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a Empresa;

VII. coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos;

VIII. estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho da organização;

IX. elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria;



CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

X. disseminar a importância da Conformidade e do Gerenciamento de Riscos, bem como a responsabilidade de cada área da Empresa nestes aspectos; e

XI. outras atividades correlatas definidas pelo Diretor ao qual se vincula.

A CAIXAPAR acompanha a elaboração, aprovação e a execução dos planos de negócios, dos balancetes mensais e demonstrações contábeis, das atas das assembleias, conselhos e comitês de suas Participadas e uma vez identificados eventos ou tendências capazes de afetar negativamente ao projetado, elabora de relatórios/informes para assessorar seus representantes nas instâncias de governança das Participadas, assim como subsidia os Diretores da CAIXAPAR na tomada de decisões estratégicas, inclusive mediante reporte e instâncias de governança da CAIXAPAR e da CAIXA.



CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A CAIXAPAR considera, os riscos de contágio, de *compliance*, de crédito, de estratégia, legal ou jurídico, de liquidez, de mercado, operacional, de reputação e/ou de imagem e socioambiental, definindo seus conceitos em política da seguinte forma:



Risco de Contágio – possibilidade de perdas à Companhia decorrentes de eventos adversos nas Participadas.



Risco de Compliance – possibilidade de perdas à Companhia pelo não cumprimento das obrigações de Compliance. Risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou perdas reputacionais (Risco de Imagem) decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais e regulamentares (Risco Legal ou Jurídico), normas e códigos de conduta e de ética.



Risco Socioambiental – possibilidade de ocorrência de perdas financeiras e de danos à imagem da Companhia, decorrentes de potenciais danos socioambientais relacionados aos negócios da Companhia

CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS



Risco de Estratégia – possibilidade de perda à Companhia decorrente de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão.



Risco de Liquidez – possibilidade de a Companhia não conseguir honrar passivos em decorrência de dificuldades de caixa; e a possibilidade de a Companhia não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.



Risco de Mercado – possibilidade de perdas à Companhia ocasionadas por mudanças nos preços de ativos ou passivos resultantes do comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.



CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

3.1 FATORES DE RISCO



Risco de Reputação ou de Imagem – possibilidade de perdas decorrentes de percepção negativa sobre a Companhia por parte de *stakeholders* como clientes, contrapartes, acionistas, investidores ou supervisores.



Risco Legal ou Jurídico – possibilidade de perdas decorrentes da inadequação ou deficiência de contratos firmados pela Companhia, das sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais ou regulamentares e das indenizações por danos a terceiros em função de atividades desenvolvidas pela Companhia.



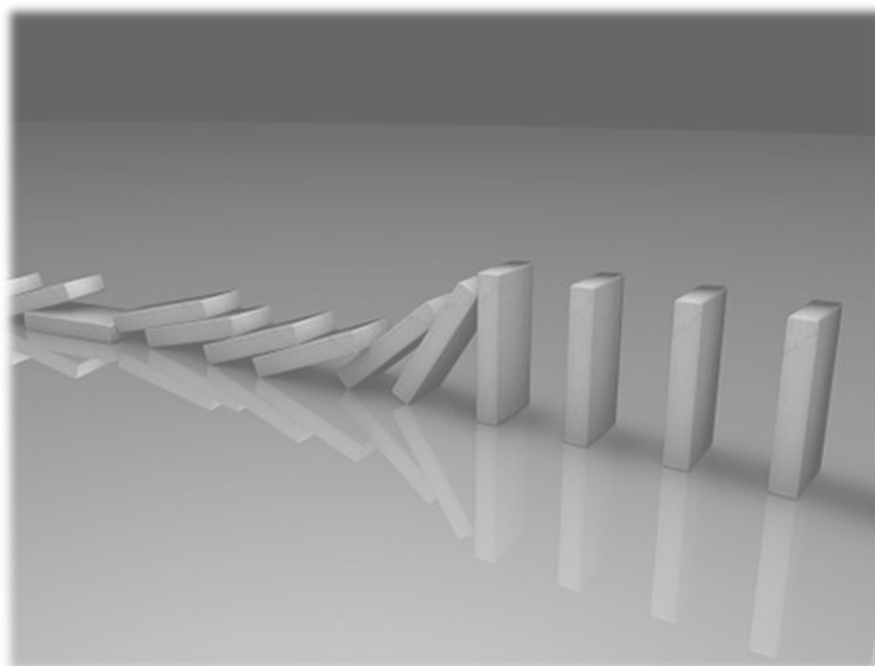
Risco Operacional – possibilidade de ocorrência de perdas à Companhia resultantes de falhas ou fraudes, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.



CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A CAIXAPAR está sujeita à política de gerenciamento de riscos do conglomerado CAIXA. Considerando o contexto operacional e o perfil de atuação da CAIXAPAR, realizamos o gerenciamento acerca dos riscos de crédito, mercado, socioambiental e liquidez. Tais riscos, juntamente com o risco operacional, são geridos no âmbito do conglomerado, e pela unidade responsável pelo gerenciamento dos respectivos riscos na CAIXAPAR.

3.1 FATORES DE RISCO



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR foram elaboradas pela Superintendência de Contabilidade da Controladora, conforme Convênio de Execução de Atividades Operacionais de Compartilhamento de Estrutura. As demonstrações são elaboradas conforme as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas encontram-se como anexo II.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 RESULTADOS DE CADA PARTICIPADA



A CAIXA Cartões Holding S.A. (CAIXA CARTÕES) é uma sociedade anônima, subsidiária integral da CAIXAPAR, criada em dezembro de 2018.

Seu objeto social consiste em:

- (a) gerir participações societárias relacionadas a meios de pagamento, abrangendo atividades de emissão, gestão de contas, bandeira, adquirência, credenciamento, facilitação e fidelização;
- (b) explorar quaisquer direitos e atividades comerciais ligadas a meios de pagamento.



A Crescer Serviços de Orientação a Empreendedores S.A. (CRESCER) tem por objeto social a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional a empresas e outras organizações, notadamente empreendedores em território nacional.

A empresa registrou resultado negativo de R\$ 24,2 milhões em 2018, valor melhor do que o apresentado em 2017, cujo prejuízo foi de R\$ 27,7 milhões. A melhora no resultado deveu-se principalmente a redução de despesas com pessoal e administrativas (R\$ 11,7 milhões menor que em 2017).

Em novembro de 2018 a Integra acionou a CAIXAPAR para o exercício da opção de venda das ações da Crescer, conforme previa o Acordo de Acionistas vigente, o que obrigou a CAIXAPAR a provisionar o valor da opção no montante de R\$ 71,2 milhões e, após decisão estratégica da CAIXAPAR de liquidar a Companhia, foi constituída provisão de R\$ 11,3 milhões para as obrigações societárias decorrentes da decisão.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 RESULTADOS DE CADA PARTICIPADA



A Caixa Imóveis S.A. (anteriormente denominada Habitar Negócios e Serviços S.A.) é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objetivo atuar no mercado imobiliário. Está em fase operacional desde setembro de 2017.

O capital total subscrito da Companhia segue cronograma de integralização definido entre os sócios, com previsão de conclusão até o final de 2019. Em 2018, a CAIXAPAR efetivou integralização de R\$ 5,2 milhões.

O resultado negativo de 2018 foi impactado principalmente por despesas com pessoal, gerais e administrativas, de R\$ 8,1 milhões e custos de R\$ 10,9 milhões. A receita operacional foi de apenas R\$ 1,1 milhão, devido à fase ainda inicial de funcionamento da Companhia.



A Negócios Digitais, constituída em 04/12/18, encontra-se em fase pré-operacional, é uma sociedade por ações de capital fechado, cujo objeto social consiste na comercialização de produtos e serviços bancários e não bancários por meio de plataforma eletrônica; intermediação de negócios relacionados a operações de crédito; promoção de negócios, pesquisas e informações cadastrais; serviços relacionados à cobrança; atendimento e suporte a clientes; gestão e processamento de base de dados; entre outros.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 RESULTADOS DE CADA PARTICIPADA



A Branes Negócios e Serviços S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto atuar no mercado de serviços de processamento de crédito (*Business Process Outsourcing – BPO*) e outros serviços complementares ao setor financeiro e centro de suporte a clientes.

A Branes está em situação de inatividade, pois o único contrato que possui, com a Caixa Econômica Federal, foi embargado pelo TCU em 2012 e em 31 de dezembro de 2018 o Conselho de Administração da investida decidiu pela seu término.



A Elo Serviços S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como acionistas controladores a Elo Participações S.A. (63,11%) e a Caixa Participações S.A. (36,89%), constituída com o objetivo de prestação de serviços relacionados a soluções e meios de pagamento em geral, sendo detentora da Bandeira Cartão Elo.

Em 2018, o lucro líquido registrado foi de R\$154,6 milhões e patrimônio líquido de R\$273,2 milhões. O resultado foi reflexo do primeiro ano completo do modelo de full aquisição e a da inclusão de 8 novos credenciadores. O incremento da receita líquida (+31%), conjugado à eficiente redução de custos (-51%), proporcionou o aumento da rentabilidade (+127%) e, conseqüentemente, do lucro líquido.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 RESULTADOS DE CADA PARTICIPADA

Banco **PAN**

O Banco PAN é um dos principais bancos médios do Brasil e atua com foco em pessoas físicas, ofertando crédito consignado, financiamento de veículos usados, cartão de crédito e seguros.



Em **2018** o

lucro líquido foi de **R\$221,5** milhões¹

Os principais fatores que sustentam os resultados são:

- (i) manutenção da margem financeira em patamares robustos;
- (ii) provisões de crédito sob controle;
- (iii) continuidade do processo de redução de custos.

¹ O lucro líquido de R\$ 221,5 milhões foi publicado pelo Banco Pan conforme normas BR GAAP. Para a CAIXAPAR, é realizado ajuste segundo normas IFRS, resultando em lucro líquido de R\$ 198,3 milhões.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 RESULTADOS DE CADA PARTICIPADA



A Gestora de Inteligência de Crédito S.A. – GIC, criada em 2017, é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como acionistas a CAIXAPAR, o Banco Bradesco S.A., o Banco do Brasil S.A., o Banco Santander (Brasil) S.A. e o Itaú Unibanco S.A. Em julho/2018, os acionistas aprovaram a mudança do nome fantasia da Companhia, adotando a denominação QUOD.

A QUOD tem como objetivo a gestão de um banco de dados de informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas.

Como em 2018 a Companhia ainda se encontrava em estágio pré-operacional e sem operação comercial, destacam-se os dispêndios de investimentos e despesas pré-operacionais, além de gestão de caixa e consequente geração de receitas financeiras a partir do capital social integralizado. O prejuízo líquido foi de R\$ 14,1 milhões, com destaque em despesas administrativas e de pessoal no montante de R\$ 44,9 milhões. As receitas financeiras, que mitigaram o resultado negativo, foram de R\$ 15,6 milhões.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 RESULTADOS DE CADA PARTICIPADA



A Capgemini é uma sociedade anônima de capital fechado que atua na prestação de serviços relacionados à tecnologia da informação.

Em 2018, a Capgemini emitiu debêntures perpétuas no valor total de R\$ 255 milhões, integralmente subscritas pelas Capgemini Latin America.

O prejuízo em 2018 foi de R\$ 119,0 milhões ante R\$ 213,9 milhões em 2017, representando redução do resultado negativo de 53%. Os ganhos em eficiência que justificaram essa evolução foram: (i) aumento de R\$ 44,8 milhões na margem de contribuição dos serviços prestados, (ii) redução de R\$ 21,6 milhões em despesas administrativas e (iii) redução de R\$ 13,8 milhões em despesas com contingências.

A CAIXAPAR realizou teste de impairment em 2018, devido ao intangível registrado neste investimento. A desvalorização registrada foi de R\$ 18,9 milhões.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 RESULTADOS DE CADA PARTICIPADA



A Tecnologia Bancária S.A. – TecBan é uma empresa especializada na gestão de redes de autoatendimento bancário.

A TecBan atingiu R\$2,3 bilhões em receita bruta em 2018, representando crescimento de 3,54% em relação a 2017. Destaca-se a gestão de passivos e reestruturação do perfil da dívida que pode aprimorar a estrutura de capital e os indicadores financeiros nos próximos períodos. Os empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil, que representavam 42% das dívidas em 2017, passaram a representar 24% em 2018, sendo as demais compostas por debêntures.

O resultado negativo apresentado em 2018, de R\$ 38,6 milhões, foi motivado, principalmente, pelo aumento de R\$ 91,3 milhões em despesas com transporte e escolta e R\$ 82,5 milhões em despesas gerais e administrativas.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 RESULTADOS DE CADA PARTICIPADA



A Cibrasec, Companhia Brasileira de Securitização, tem como principais objetivos sociais a securitização de créditos oriundos de operações imobiliárias e de operações do agronegócio e a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários, Certificados de Recebíveis do Agronegócio e de outros títulos de crédito.

O lucro líquido da Cibrasec em 2018 foi de R\$2,0 milhões, que, após distribuição de Juros sobre Capital Próprio de R\$ 1,3 milhões, resultou em aumento patrimonial de R\$ 743,0 mil.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 RESULTADOS DE CADA PARTICIPADA

FIP VENEZA

O Fundo de Investimento em Participações CAIXA Veneza é constituído sob a forma de condomínio fechado e possui como investidores a CAIXAPAR e a FUNCEF. O Fundo é administrado e sua carteira de investimentos é gerida pela Caixa Econômica Federal.

O fundo possui recursos majoritariamente aplicados na Branes S.A., cujas ações não possuem cotação em mercado. As disponibilidades são aplicadas em operações compromissadas e são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizado diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

O FIP Veneza registrou resultado negativo de R\$ 616,0 mil em 2018, principalmente relacionado a Taxa de Administração (67%) e Custódia (26%).

A CAIXAPAR reconheceu no passivo R\$ 40,2 milhões decorrente da opção de venda das cotas da FUNCEF (previsto no Acordo de Cotistas), que, embora tenham vencimento em 2022, é um desembolso provável, considerando a manutenção da situação de inatividade da Branes, investida do FIP Veneza.



AGRADECIMENTOS

Agradecemos a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL pela confiança com que sempre nos tem prestigiado, bem como às áreas que nos prestam serviços e aos nossos empregados e colaboradores, a quem cumprimos pela dedicação e competência no exercício de suas funções.



ANEXOS

ANEXO I

Relatório do Auditor Independente sobre as
Demonstrações Contábeis do Exercício de 2018

Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR

***Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Caixa Participações S.A. - CAIXAPAR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Caixa Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Investimento Branes Negócios e Serviços S.A.

Conforme mencionado na Nota 7, a Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR detém, em 31 de dezembro de 2018, ações da companhia Branes Negócios e Serviços S.A. ("Companhia Investida") que, entre participações direta e indireta via FIP Veneza, totalizam 37,25%. A Companhia Investida foi constituída em 2012 e até 31 de dezembro de 2018 encontrava-se em fase pré-operacional em decorrência de possuir um único contrato de prestação de serviço que foi suspenso pelo Tribunal de Contas da União, no mesmo ano de sua constituição, e desde então o referido contrato está sob análise do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público Federal. A Companhia Investida não possui outro contrato em vigência e a indefinição quanto a essa situação suscita dúvida substancial sobre sua operação. Considerando esses aspectos, a administração da Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR não dispõe de elementos para avaliar o montante de possível redução no valor recuperável de seu investimento e sua opção de compra adicional de participação, conforme mencionado na Nota 6, que totalizam, em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 31.247 mil e R\$ 9.926 mil, respectivamente, caso essa suspensão no contrato de prestação de serviços não seja revertida. Consequentemente, não foi praticável determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações contábeis da Caixa Participações S.A. em relação ao valor desse investimento em 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, a Companhia não avaliou possível perda ao valor recuperável do investimento na Branes Negócios e Serviços S.A. e, dessa forma, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor recuperável desse investimento. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, sobre as quais emitimos opinião com ressalva conforme descrito acima na seção “Base para opinião com ressalva”.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

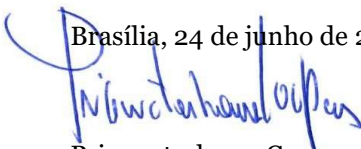
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 24 de junho de 2019


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

ANEXOS

ANEXO II

Demonstrações Contábeis da CAIXA
Participações S.A. do Exercício de 2018

Demonstrações Contábeis

CAIXAPAR

2018



Sumário

Balço Patrimonial	3
Demonstração do Resultado do Exercício	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Demonstração do Valor Adicionado	8
Nota 1 – Contexto Operacional e Informações Gerais.....	9
Nota 2 – Principais Práticas Contábeis.....	10
Nota 3 – Leis e Normas Recentemente Emitidos.....	16
Nota 4 – Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis	19
Nota 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa	19
Nota 6 – Instrumentos Financeiros.....	20
Nota 7 – Investimentos	24
Nota 8 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (<i>Impairment</i>)	34
Nota 9 – Patrimônio Líquido.....	36
Nota 10 – Tributos	39
Nota 11 – Despesas Gerais e Administrativas	43
Nota 12 – Outras Receitas e Despesas Operacionais	44
Nota 13 – Resultado Financeiro	45
Nota 14 – Partes Relacionadas.....	45
Nota 15 – Gerenciamento de Risco.....	48
Nota 16 – Evento Subsequente.....	49

Balanco Patrimonial	31/12/2018	31/12/2017
Ativo	3.350.909	3.730.953
Ativo Circulante	1.349.246	1.639.709
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	539.947	636.817
Instrumentos Financeiros (Notas 6.b e 6.e)	739.586	994.534
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 6.c)	31.298	4.540
Outros Créditos	38.414	3.818
Ativo Não Circulante	2.001.663	2.091.244
Realizável a Longo Prazo	31.172	4.265
Instrumentos Financeiros - Custo Amortizado (Nota 6.d)	4.539	4.265
Outros Créditos de Longo Prazo (Nota 10)	26.633	-
Investimentos (Nota 7)	1.970.491	2.086.979
Passivo e Patrimônio Líquido	3.350.909	3.730.953
Passivo Circulante	293.950	28.306
Obrigações Fiscais e Previdenciárias (Nota 10)	61.852	5.107
Obrigações com Partes Relacionadas (Nota 14)	108.852	22.415
Obrigações de Instrumentos Financeiros (Nota 6.e)	111.305	-
Outras Obrigações	49	-
Provisões (Nota 6.e)	11.892	784
Passivo Não Circulante	28.387	266.453
Provisão para Tributos Diferidos (Nota 10)	28.387	266.453
Patrimônio Líquido (Nota 9)	3.028.572	3.436.194
Capital Social	2.821.931	2.903.636
Reservas de Lucros	345.743	143.363
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(139.102)	389.196

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado do Exercício	2018	2017
Receitas e Despesas Operacionais	63.443	(20.082)
Resultado de Investimentos em Participações Societárias (Nota 7)	63.443	(20.082)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(121.904)	(21.766)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11)	(26.600)	(16.696)
Despesas de Tributos (Nota 12.a)	(8.080)	(5.102)
Outras Receitas Operacionais	1.203	48
Outras Despesas Operacionais	(660)	(16)
Despesas de Provisão (Nota 12.b)	(87.767)	-
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras (Nota 13)	(58.461)	(41.848)
Receitas Financeiras	88.950	114.380
Despesas Financeiras	(233)	-
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	30.256	72.533
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 10)	9.817	(26.282)
Imposto sobre a Renda	(11.258)	(19.318)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(4.021)	(6.963)
Tributos Diferidos	25.096	(1)
Resultado Antes das Participações	40.074	46.251
Participações sobre o Resultado - Dirigentes	(553)	-
Resultado Líquido do Exercício	39.521	46.251
Quantidade de Ações	2.500.000	2.500.000
Lucro/Prejuízo Líquido por Ação (em R\$)	R\$ 15,81	R\$ 18,50

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



Demonstração do Resultado Abrangente	2018	2017
Resultado Líquido do Exercício	39.521	46.251
Instrumentos Financeiros - Próprios (Nota 9.c)	(397.330)	5.169
Ganhos e Perdas Não Realizados - Próprios	(663.377)	8.629
Efeitos Tributários	266.047	(3.461)
Instrumentos Financeiros - De Coligadas e Controladas em Conjunto (Nota 9.c)	83.470	316
Ganhos e Perdas Não Realizados - Investidas	83.470	316
Outros Resultados Abrangentes (Nota 9.c)	(214.438)	336
Ganhos e Perdas por Variação na Participação Relativa em Investidas	(166.021)	336
Ganhos e Perdas em Outros Resultados Abrangentes de Investidas	(48.417)	-
Resultado Abrangente do Exercício	(488.776)	52.072

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital Social	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Estatutária	Retenção de Lucros - Orçamento de Capital			
Em 31 de dezembro de 2016	2.903.636	108.096	-	-	383.375	-	3.395.107
Ajustes de Avaliação Patrimonial							
Instrumentos Financeiros - VJORA - Próprios							
Ajuste ao Valor de Mercado de Instrumentos Financeiros - VJORA - Próprios	-	-	-	-	8.629	-	8.629
Provisão para Tributos Diferidos de Instrumentos Financeiros - VJORA - Próprios	-	-	-	-	(3.461)	-	(3.461)
Instrumentos Financeiros - VJORA - De Coligadas e Controladas em Conjunto							
Ajuste ao Valor de Mercado de Instrumentos Financeiros - VJORA - De Investidas	-	-	-	-	316	-	316
Ganhos e Perdas por Variação na Participação Relativa em Investidas	-	-	-	-	336	-	336
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	46.251	46.251
Proposta da Administração para Distribuição do Exercício:							
Reserva Legal	-	2.313	-	-	-	(2.313)	-
Reserva Estatutária	-	-	32.954	-	-	(32.954)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(10.985)	(10.985)
Em 31 de dezembro de 2017	2.903.636	110.409	32.954	-	389.196	-	3.436.194
Integralização de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Incorporações ao Capital	(81.705)	-	-	-	81.705	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial							
Instrumentos Financeiros - VJORA - Próprios							
Ajuste ao Valor de Mercado de Instrumentos Financeiros - VJORA - Próprios	-	-	-	-	(307.215)	-	(307.215)
Provisão para Tributos Diferidos de Instrumentos Financeiros - VJORA - Próprios	-	-	-	-	266.047	-	266.047
Ganhos e Perdas em Operações com Instrumentos Financeiros - VJORA - Próprios	-	-	-	-	(356.162)	356.162	-
Tributos sobre Operações com Instrumentos Financeiros - VJORA - Próprios	-	-	-	-	-	(117.375)	(117.375)
Instrumentos Financeiros - VJORA - De Coligadas e Controladas em Conjunto							
Ajuste ao Valor de Mercado de Instrumentos Financeiros - VJORA - De Investidas	-	-	-	-	1.765	-	1.765
Ganhos e Perdas por Variação na Participação Relativa em Investidas	-	-	-	-	(166.021)	-	(166.021)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial - Reflexos	-	-	-	-	(48.417)	-	(48.417)
Resultado de Transações Patrimoniais entre Sócios	(Nota 9.d)	-	-	-	-	(16.330)	(16.330)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(Nota 9.d)	-	-	-	-	3.439	3.439
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	39.521	39.521
Proposta da Administração para Distribuição do Exercício: (Nota 9.d)							
Reserva Legal	-	13.271	-	-	-	(13.271)	-
Retenção de Lucros - Orçamento de Capital	-	-	-	189.110	-	(189.110)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(63.037)	(63.037)
Em 31 de dezembro de 2018	2.821.931	123.680	32.954	189.110	(139.102)	-	3.028.572

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Demonstração dos Fluxos de Caixa	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	30.256	72.533
Ajustes ao Resultado do Exercício	7.096	3.106
Resultado de Investimentos em Participações Societárias	(63.443)	20.082
Despesa de Pessoal	14.885	11.358
Despesas de Convênio com a Controladora	3.719	2.604
Despesa de Serviços Técnicos Especializados	6.270	2.511
Outras Despesas Administrativas	241	-
Despesas de Tributos	8.075	5.102
Outras Receitas Operacionais	(1.202)	(48)
Outras Despesas Operacionais	660	-
Despesa de Provisão para <i>Impairment</i> de Instrumento Financeiro	76.638	-
Despesa de Provisão para Obrigações Societárias	11.129	-
Despesas de Provisões para Contingências Trabalhistas	1	-
Receitas Financeiras	(50.112)	(38.503)
Despesas Financeiras	233	-
Resultado do Exercício Ajustado	37.352	75.638
Varição de Ativos e Passivos	(46.870)	(191.539)
(Aumento)/Redução de Instrumentos Financeiros	(129.341)	(155.258)
(Aumento)/Redução de Dividendos e JCP a Receber	23.592	1.594
(Aumento)/Redução de Créditos Tributários e Tributos a Compensar	48.846	8.782
(Aumento)/Redução de Outros Créditos	2.249	(2.514)
(Aumento)/Redução de Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	(4)
Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais e Previdenciárias	(79.169)	(26.869)
Aumento/(Redução) de Obrigações com a Controladora	(18.064)	(14.759)
Aumento/(Redução) de Obrigações com Coligadas e Controladas em Conjunto	-	-
Aumento/(Redução) de Obrigações com Entidades sob Controle Comum	-	-
Aumento/(Redução) de Obrigações de Instrumentos Financeiros	111.305	-
Aumento/(Redução) de Outras Obrigações	(6.289)	(2.511)
Aumento/(Redução) de Provisões	-	-
Recebimento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	34.546	23.309
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(52.072)	(23.798)
Recolhimento de Imposto de Renda e Contribuição Social Retidos	(916)	(496)
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) pelas Atividades Operacionais	(27.960)	(116.886)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Participação Societária / Aumento de Capital	(57.700)	(64.405)
Alienação de Participação Societária / Redução de Capital	8	11.403
Ganho de Capital na Alienação de Participação Societária	-	76
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) pelas Atividades de Investimento	(57.692)	(52.926)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Integralização de Capital	-	-
Pagamento de Dividendos	(11.217)	-
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) pelas Atividades de Financiamento	(11.217)	-
Aumento / (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(96.870)	(169.812)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	636.817	806.629
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	539.947	636.817
Transações que não envolvem Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado	2018	2017
1. Receitas	1.203	125
Ganhos e Perdas em Aquisições e Alienações de Investimentos	-	76
Outras Receitas Operacionais	1.203	48
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	(138.879)	(63.860)
Amortização de Ativos Intangíveis	(20.626)	(20.626)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	(95.514)	(37.907)
Convênio com a Controladora	(3.719)	(2.604)
Serviços Técnicos Especializados	(6.270)	(2.511)
Provisão para Obrigações Societárias	(11.129)	-
Outras Despesas Administrativas	(1.621)	(213)
3. Valor Adicionado Bruto (1 - 2)	(137.675)	(63.735)
4. Valor Adicionado Recebido em Transferência	191.895	152.755
Resultado de Equivalência Patrimonial	79.910	37.934
Receita de Juros sobre o Capital Próprio	23.034	440
Receitas Financeiras	88.950	114.380
5. Valor Adicionado Total a Distribuir (3 + 4)	54.219	89.020
6. Distribuição do Valor Adicionado	54.219	89.020
Pessoal	12.909	9.587
Remuneração Direta	9.657	7.548
Benefícios e Encargos Sociais	1.854	1.462
FGTS	845	577
Participações sobre o Resultado - Dirigentes	553	-
Provisão para Contingências Trabalhistas	1	-
Impostos, Taxas e Contribuições	896	33.165
Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.817)	26.282
INSS	2.633	1.781
Outros Impostos, Taxas e Contribuições	8.080	5.102
Remuneração de Capital de Terceiros	893	16
Despesas Financeiras	233	-
Outras Despesas Operacionais	660	16
Remuneração de Capital Próprio	39.521	46.251
Dividendos Propostos	9.386	10.985
Lucros Retidos	30.135	35.266

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Nota 1 – Contexto Operacional e Informações Gerais

A Caixa Participações S.A. (CAIXAPAR) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Brasília, Distrito Federal, Brasil. Foi constituída em 31 de março de 2009 como subsidiária integral da Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Controladora). Sua constituição foi deliberada e aprovada pela Ata n.º 195, em 30 de janeiro de 2009, pelo Conselho de Administração da CAIXA. Este ato está amparado legalmente pela Lei n.º 11.908, de 3 de março de 2009, que em seu Art. 1º autorizou a criação de empresas subsidiárias integrais ou controladas da CAIXA.

A CAIXAPAR encontra-se devidamente registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob n.º 53300010277 e é regida por seu Estatuto Social, adequado à Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, e aprovado em 30 de abril de 2018 pela Assembleia Geral Extraordinária, e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis, sendo seu prazo de duração indeterminado.

A CAIXAPAR tem em seu objetivo social gerir participações societárias, podendo adquirir e alienar participações em empresas já existentes ou por ela criadas, públicas ou privadas, com ou sem controle, cujo objetivo social mantém relação com o da CAIXA, observado o disposto na legislação que lhe é aplicável.

Em conformidade com o art. 173 da Constituição Federal e com o art. 2º, §1º da Lei n.º 13.303/16, a constituição da Controladora CAIXA, como empresa pública, é justificada pelo relevante interesse coletivo marcado pela promoção da cidadania e do desenvolvimento do país, seja como instituição financeira ou agente de políticas públicas e principal parceira estratégica do Estado brasileiro, desenvolvendo suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui ainda a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

A Controladora CAIXA exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Assim, em seu plano estratégico, a CAIXAPAR busca contribuir com a competitividade, o desenvolvimento empresarial e o papel social da CAIXA, em atividades afetas ao objeto social da Controladora, por meio da construção de arranjos societários e do exercício da governança corporativa.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR são de responsabilidade da administração e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de junho de 2019.

Nota 2 – Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Essas demonstrações contábeis contêm registros que refletem os custos históricos das transações como base de valor, à exceção da carteira de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis envolve julgamento pela administração quanto ao uso de estimativas contábeis críticas no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR são apresentadas na forma individual, observados os requerimentos contidos no Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, inclusive quanto às exceções expressas no item 4 e subitens.

Essas práticas contábeis foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição ao contrário.

As bases utilizadas são as mesmas contempladas nas Demonstrações Contábeis da CAIXAPAR de 31 de dezembro de 2017, e devem ser lidas em conjunto com estas.

2.2 Moeda Funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXAPAR e que representa o ambiente econômico em que a CAIXAPAR atua.

2.3 Investimentos

(a) Controladas

Controladas são as investidas sobre as quais a CAIXAPAR, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegure de modo permanente ter preponderância nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais e o poder de eleger a maioria dos administradores, ou de outro modo, são aquelas entidades sobre as quais a CAIXAPAR tem poder para dirigir as atividades relevantes e usa esse poder em seu benefício.

(b) Empreendimentos Controlados em Conjunto

Empreendimentos controlados em conjunto são negócios em conjunto segundo o qual as partes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio em conjunto. A CAIXAPAR julga que controla em conjunto uma entidade quando, como parte integrante do negócio, pode impedir que a(s) outra(s) parte(s) possa(m) controlar separadamente o negócio, ensejando assim, que todas as decisões relevantes sejam tomadas em consenso. Essa partilha do controle em conjunto é usualmente definida no estatuto, contrato social ou em documentos firmados entre as partes, como um acordo de acionistas.

(c) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a CAIXAPAR tem influência significativa, ou seja, quando detém ou exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeiras ou operacionais da investida, sem controlá-la. A administração entende que possui influência significativa quando pode nomear representantes no Conselho de Administração ou Diretoria da investida.

Esses investimentos em entidades coligadas, controladas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, sendo que o seu reconhecimento inicial se dá pelo valor de aquisição e seu valor contábil é posteriormente aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da CAIXAPAR nas variações patrimoniais da investida. A participação da CAIXAPAR nos lucros ou prejuízos de suas coligadas, controladas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio líquido.

Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos a realizar entre a CAIXAPAR, suas controladas, controladas em conjunto ou coligadas são eliminados na medida da participação da CAIXAPAR, bem como perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

Para aplicação do método de Equivalência Patrimonial a CAIXAPAR utiliza demonstrações contábeis das controladas em conjunto e coligadas com defasagem de até 60 dias conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis. Tal defasagem somente ocorre caso seja impraticável o recebimento das demonstrações contábeis de mesma base em tempo hábil para elaboração das demonstrações da CAIXAPAR, em função das investidas serem independentes da CAIXAPAR, com contabilidade não integrada, com prazos de fechamento operacionais e legais distintos do da CAIXAPAR. Entretanto, essa situação não foi aplicada em 31 de dezembro de 2018, com a CAIXAPAR recebendo todos os demonstrativos com base no ano corrente.

Os ganhos e perdas por consequência do aumento ou diminuição na participação relativa de seus investimentos são reconhecidos no patrimônio e são registrados no exercício em que ocorrerem.

(d) Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos adquiridos. O *goodwill* compõe o saldo contábil da conta "Investimentos" nas demonstrações contábeis e está fundamentado em rentabilidade futura, sendo testado anualmente com o objetivo de apurar-se eventual existência de perda no seu valor recuperável (*impairment*). Ele é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Tais perdas reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(e) Marcas Registradas e Relacionamentos Comerciais

As marcas registradas e os relacionamentos comerciais são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, no processo de Alocação do Preço de Compra (*Purchase Price Allocation*). Posteriormente, tais ativos são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada, que é alocada pelo método linear de acordo com o prazo de vida útil, se estimado.

(f) Relações Contratuais com Clientes e Contratos de Tecnologia

As relações contratuais com clientes e contratos de tecnologia são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Atualmente as relações contratuais com clientes têm vida útil definida em 40 anos, os contratos de tecnologia possuem o prazo de amortização de 10 anos e são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é realizada pelo método linear durante o prazo estimado.

2.4 Receitas e Despesas de Juros

As receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas como receitas financeiras e despesas financeiras, respectivamente, na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

2.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários disponíveis e o numerário em espécie, além de quaisquer outras aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de variação de valor.

2.6 Instrumentos Financeiros

(a) Classificação e Reconhecimento

A CAIXAPAR classifica seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial com base no modelo de negócios da entidade para a gestão dos instrumentos e nas características de fluxo de caixa contratual, nas categorias de mensuração ao custo amortizado e de mensuração ao valor justo por meio do resultado. Tendo em vista a alienação dos instrumentos patrimoniais representados por ações da Cielo S.A. em 2018, a CAIXAPAR não possui aplicação em instrumentos financeiros classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no encerramento do exercício social.

Em casos específicos, detalhados na Nota 6 – Instrumentos Financeiros, item “e”, a CAIXAPAR aplica a determinados instrumentos financeiros os requisitos das normas que tratam de participações em coligadas, empreendimentos controlados em conjunto e controladas, consoante às restrições de alcance contidas na norma geral, Pronunciamento CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

(b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Receber de Instrumentos Financeiros

Os dividendos e juros sobre capital próprio de instrumentos financeiros são reconhecidos no momento do comunicado ao mercado emitido pela empresa emissora do instrumento, sendo apurados diretamente nas contas de resultado.

2.7 Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

(a) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados com base no lucro contábil, ajustado pelas adições, exclusões e compensações previstas na legislação fiscal, sobre o qual são aplicadas as alíquotas vigentes para o período de apuração, considerando os dispositivos legais vigentes no encerramento do período. Esses tributos são reconhecidos diretamente no resultado, evidenciados na Demonstração do Resultado do Exercício.

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias. Os ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado.

Os ativos fiscais diferidos da CAIXAPAR são calculados sobre o lucro recuperável no período futuro relacionado às diferenças temporárias dedutíveis, devido ao reconhecimento de provisões diversas. As diferenças temporárias dedutíveis são as que resultam em valores que são dedutíveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de futuros períodos quando o valor contábil do ativo é recuperado ou liquidado.

Os passivos fiscais diferidos da CAIXAPAR são calculados sobre o lucro devido em um período futuro relacionado às diferenças temporárias tributáveis. As diferenças temporárias tributáveis são as que resultam em valores tributáveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de período futuros quando o valor contábil do ativo ou passivo é recuperado ou liquidado. Esses tributos diferidos estão relacionados a itens específicos que são debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido, como os ajustes a valor de mercado de ativos mensurados a valor justo em outros resultados abrangentes e quando surgem receitas ou despesas incluídas no lucro contábil do período corrente mas que estarão incluídas no lucro tributável (prejuízo fiscal) em um período diferente, como os resultados da avaliação a valor justo de participações detidas anteriormente.

2.8 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

A CAIXAPAR promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos com o intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXAPAR verifica o valor recuperável dos ativos intangíveis e do ágio contabilizado na aquisição de investimentos. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda, ou valor de realização, deduzido das respectivas despesas ou pelo valor em uso calculado para a unidade geradora de caixa.

2.9 Provisões e Contingências Ativas e Passivas

São reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa com uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As contingências judiciais (ações de perda possível) não são reconhecidas contabilmente porque são obrigações nas quais a entidade ainda precisa confirmar se tem ou não a obrigação ou não é provável que incorra em saída de recursos.

2.10 Patrimônio Líquido

A distribuição de dividendos de ações ordinárias para o acionista único, CAIXA, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da CAIXAPAR ao final do exercício, no montante referente ao valor mínimo obrigatório conforme definido no Estatuto Social da CAIXAPAR, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição das reservas previstas. Valores superiores ao mínimo obrigatório somente são reconhecidos após a aprovação do Conselho de Administração.

Caso a CAIXAPAR apresente prejuízo ao final do exercício, o mesmo é absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Nota 3 – Leis e Normas Recentemente Emitidos

(a) Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016

Em 30 de junho de 2016 foi publicada a Lei Federal n.º 13.303, que instituiu o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, posteriormente regulamentada, no âmbito da União, pelo Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

A partir de 30 de junho de 2018, findo o período de transição estipulado no art. 91, e na forma do art. 7º da referida Lei, convalidado pelo art. 12 do Decreto n.º 8.945/16, tornam-se aplicáveis a todas as empresas estatais, inclusive suas subsidiárias, as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras.

Consequentemente, a Lei n.º 13.303/16 convalida as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à CAIXAPAR.

(b) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (Pronunciamento CPC 48)

A norma internacional IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, emitida pelo IASB e recepcionada no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) na forma do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A IFRS 9/CPC 48 aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa da IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação da IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. A IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A Administração avalia que a adoção da norma não produziu impacto material nas demonstrações financeiras da CAIXAPAR.

A tabela abaixo apresenta as categorias de mensuração adotadas até 31 de dezembro de 2017 para instrumentos financeiros de acordo com a IAS 39 e as novas categorias a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme a IFRS 9:

O reflexo da adoção da IFRS 9 pelas investidas da CAIXAPAR foi mensurado por meio do método de equivalência patrimonial.

Instrumento Financeiro	Nota	Categoria de acordo com IAS 39	Categoria de acordo com IFRS 9	Valor contábil de acordo com IAS 39 em dez-17	Valor contábil de acordo com IFRS 9 em dez-17
Certificado de Depósito Bancário	5	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	636.816	636.816
Cotas de Fundos Referenciados	5	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	265.333	265.333
Ações de Companhias Abertas - Cielo	6 (a)	Disponível para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	729.202	729.202
Valores a Receber - Sociedades ligadas	6 (c)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	4.265	4.265
Total				1.635.616	1.635.616

Os instrumentos de opção de venda, tratados em detalhes na Nota 6 (e), foram classificados na categoria Custo Amortizado.

(c) IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (Pronunciamento CPC 06 (R2))

A norma internacional IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil foi emitida pelo IASB e recepcionada no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) na forma do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2).

Essa nova norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. Ela entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 e substituiu a IAS 17 – Arrendamento Mercantil.

A Administração avalia que a adoção da norma não produz efeito nas demonstrações contábeis da CAIXAPAR.

Nota 4 – Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Baseada em premissas, a CAIXAPAR faz estimativas em relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão atualmente representadas pelo teste de *impairment* do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), conforme descrito na Nota 2.8.

Nota 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários disponíveis e o numerário em espécie, além dos certificados de depósito bancário e quaisquer outras aplicações financeiras de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de valor.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades	2	1
Instrumentos Financeiros - VJR	539.945	636.816
Certificados de Depósito Bancário ⁽¹⁾	539.945	636.816
Total	539.947	636.817

(1) Certificados de Depósito Bancário, modalidade CDB Flex Empresarial, emitidos pela CAIXA Econômica Federal.

Nota 6 – Instrumentos Financeiros

(a) Instrumentos Financeiros – Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

Descrição		2018				2017		
Instrumentos Financeiros - VJORA	Custo	Valor de Mercado em 01/01/2018	Ajuste a Valor de Mercado ⁽¹⁾	Venda de ações	Valor de Mercado em 31/12/2018	Valor de Mercado em 01/01/2017	Ajuste a Valor de Mercado ⁽¹⁾	Valor de Mercado em 31/12/2017
Ações Companhias Abertas - Cielo	65.825	729.202	(307.215)	(421.986)	-	720.572	8.629	729.202
Total	65.825	729.202	(307.215)	(421.986)	-	720.572	8.629	729.202

Os instrumentos patrimoniais relacionados à Cielo foram alienados por oferta pública no mercado secundário de ações ao longo do segundo semestre, pelo valor total de R\$ 421.986 mil, apurando-se ganho de capital, líquido de tributos, no montante de R\$ 186.312 mil.

(b) Instrumentos Financeiros – Valor Justo por meio do Resultado

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Instrumentos Financeiros - VJR	729.660	265.333
Cotas de Fundos de Investimento Referenciados	729.660	265.333
Total	729.660	265.333

Os Instrumentos Financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são representados pela aplicação no Fundo de Investimento em Cotas do Fundo de Investimento Caixa TOP Renda Fixa Referenciado DI Longo Prazo, administrado pela Caixa Econômica Federal, aberto a investidores em geral e sem carência para resgate.

Trata-se de reclassificação de saldo anteriormente classificado como “Caixa e equivalentes de caixa”, em função de corresponder a aplicação financeira em cotas de fundo de investimento, que aloca seus recursos de forma indireta, igualmente via fundo de investimento, em carteira composta preponderantemente por LFT, título de longo prazo em que não há compromisso de recompra formal do emissor e, assim, não atende à definição de “Caixa e equivalentes de caixa”.

(c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Receber

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Receber	31.298	4.540
Dividendos a Receber - De Coligadas e Controladas em Conjunto	2.731	1.076
Juros sobre o Capital Próprio a Receber - De Coligadas e Controladas em Conjunto	28.568	3.464
Total	31.298	4.540

Os dividendos e juros sobre capital próprio a receber representam os valores devidos pelas investidas, com base na distribuição dos seus resultados à CAIXAPAR. Os dividendos são uma forma de distribuição do resultado das empresas que a CAIXAPAR detém participação societária e de acordo com a Lei Societária, são destacados no percentual mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. Os Juros sobre Capital Próprio (JCP) são juros pagos ou creditados pelas investidas à CAIXAPAR a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas de patrimônio líquido e limitado à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Essa modalidade de proventos está sujeita a retenção na fonte de imposto de renda no percentual de 15% do valor a ser creditado, para posteriormente ser compensado na apuração, pela CAIXAPAR, dos tributos sobre lucros.

(d) Instrumentos Financeiros – Custo Amortizado (Contrato de Mútuo)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Instrumentos Financeiros - Custo Amortizado	4.539	4.265
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	4.539	4.265
Total	4.539	4.265

Os valores a receber de Sociedades Ligadas demonstram o montante do contrato de mútuo celebrado com a investida CAIXA Crescer, realizado em novembro de 2015. O prazo acordado para o recebimento foi de 24 meses remunerado à taxa Selic. Em 2017, foi celebrado Termo Aditivo ao Contrato de Mútuo para alterar o prazo do contrato, que passou a ser de 36 meses.

(e) Instrumentos Financeiros – Custo Amortizado (Opções de Venda)

Os acordos de acionistas e de cotistas celebrados pela CAIXAPAR no contexto dos investimentos em coligadas, controladas em conjunto e controladas podem prever a outorga de opções de compra e/ou de venda, suscitando para os sócios direitos e obrigações adicionais, a serem exercidas sob determinadas condições e circunstâncias, livremente pactuadas entre as partes.

Os termos negociados preveem a atualização dos valores dos instrumentos por indexadores pós-fixados, podendo ou não ser acrescidos de taxa de juros remuneratórios e, acruados no valor do instrumento, compõem o preço de exercício da opção, para liquidação em momento futuro.

A análise dos instrumentos relacionados à CAIXA Crescer e ao FIP Veneza indica que as opções de venda outorgadas pela CAIXAPAR são passíveis de reconhecimento contábil e, desta forma, estão sendo apresentados, pelos seus valores prováveis de realização, mensurados a valor presente, deduzidos de provisão estimada para desvalorização, em razão das evidências de perda de capacidade econômica dos ativos aos quais estão vinculados.

Reconhecimento no ativo:

Descrição	2018
Instrumentos Financeiros - Opção de Venda	9.926
Opção de Venda - Devedores - CAIXA Crescer	-
Base de cálculo do preço de aquisição	45.526
Ajuste do preço de aquisição por indexador pós-fixado e/ou taxa fixa	25.622
(=) Preço de aquisição ajustado a valor presente	71.148
Provisão para perda por redução ao valor recuperável ⁽¹⁾	(71.148)
Opção de Venda - Devedores - FIP Veneza	9.926
Base de cálculo do preço de aquisição	14.084
Ajuste do preço de aquisição por indexador pós-fixado e/ou taxa fixa	26.073
(=) Preço de aquisição ajustado a valor presente	40.157
Provisão para perda por redução ao valor recuperável ⁽¹⁾	(30.232)

(1) Conforme Nota 8 (c) – Provisão para Perdas em Instrumentos de Opção de Venda (CAIXA Crescer e FIP Veneza).

Reconhecimento no passivo:

Descrição	2018
Instrumentos Financeiros - Opção de Venda	111.305
Opção de Venda - Credores - CAIXA Crescer	71.148
Opção de Venda - Credores - FIP Veneza	40.157
Provisão para Obrigações Societárias	11.129
CAIXA Crescer ⁽¹⁾	11.129

(1) Obrigações adicionais da CAIXAPAR sobre o passivo a descoberto, após a liquidação da opção de venda, conforme Nota 7 (m).

O reconhecimento da obrigação de desembolso futuro para liquidação da opção de venda, no passivo, é equivalente ao preço de aquisição ajustado a valor presente, em ambos os casos.

As informações complementares podem ser visualizadas na Nota 7 – Investimentos, itens (l) Branes e (m) CAIXA Crescer.

(f) Hierarquia do Valor Justo

A CAIXAPAR classifica em três níveis as informações aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo, quais sejam: (i) Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; (ii) Nível 2: são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; (iii) Nível 3: são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Nível 1	729.660	994.535
Instrumentos Financeiros - VJR	729.660	265.333
Cotas de Fundos de Investimento Referenciados	729.660	265.333
Instrumentos Financeiros - VJORA	-	729.202
Cielo	-	729.202
Nível 2	539.945	636.816
Instrumentos Financeiros - VJR	539.945	636.816
Certificados de Depósito Bancário	539.945	636.816
Total	1.269.605	1.631.351

Nota 7 – Investimentos

(a) Composição da Carteira de Participações Societárias

A carteira de participações societárias da CAIXAPAR é composta preponderantemente por empreendimentos controlados em conjunto, pelas controladas Caixa Cartões e FIP CAIXA Veneza, que possui participação na Branes, e pela coligada Cibrasec.

Investimentos	Classificação	Quantidade de ações		Participação %	
		O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco Pan	Controlada em Conjunto	262.164.546	112.732.358	39,87%	32,83%
TecBan	Controlada em Conjunto	436.134.248	-	11,61%	11,61%
Elo Serviços	Controlada em Conjunto	62.779	926.278.144	0,01%	36,89%
Capgemini	Controlada em Conjunto	63.764.544	-	20,70%	19,11%
Quod	Controlada em Conjunto	3.559.600	3.559.600	20,00%	20,00%
FIP Veneza	Controlada	172.079	-	75,00%	75,00%
Branes	Controlada em Conjunto	2.200.010	-	2,00%	2,00%
Cibrasec	Coligada	4.000	20	9,65%	9,65%
CAIXA Cartões	Controlada	200	-	100,00%	100,00%
Negócios Digitais	Controlada em Conjunto	49.000	-	49,00%	49,00%
CAIXA Imóveis	Controlada em Conjunto	1.887.839.025	-	49,98%	49,98%
CAIXA Crescer	Controlada em Conjunto	55.632.415	8.000.000	49,00%	52,36%

(i) As participações societárias estão assim representadas:

Investimentos em Coligadas, em Controladas e em Empreendimentos Controlados em Conjunto												
Descrição	Patrimônio Líquido		Resultado Líquido		Participação		Valor Patrimonial		Mais-valia, Intangíveis e Goodwill		Investimento ⁽¹¹⁾	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Banco Pan ⁽¹⁾	4.245.036	3.858.672	198.289	243.293	32,83%	40,35%	1.392.693	1.556.021	209.042	209.042	1.601.734	1.765.062
TecBan	458.218	469.104	(38.584)	64.909	11,61%	10,00%	49.983	46.910	62.951	64.534	112.934	111.445
Elo Serviços ⁽²⁾	273.203	134.049	154.666	67.957	36,89%	33,34%	100.782	44.692	-	-	100.782	44.692
Capgemini ⁽³⁾	117.804	(18.181)	(119.014)	(213.868)	19,11%	19,11%	(26.224)	(3.475)	54.672	92.590	28.447	89.115
Quod	309.755	143.620	(14.119)	(27.154)	20,00%	20,00%	61.951	28.724	-	-	61.951	28.724
FIP Veneza	39.703	44.589	(616)	(8.043)	75,00%	75,00%	29.777	33.441	-	-	29.777	33.441
Branes ⁽⁴⁾	83.886	94.890	204	1.174	2,00%	2,00%	1.678	1.898	-	-	1.678	1.898
Cibrasec ⁽⁵⁾	75.833	77.281	743	3.165	9,65%	9,65%	6.894	7.025	-	-	6.894	7.025
CAIXA Cartões ⁽⁶⁾	20	-	-	-	100,00%	-	20	-	-	-	20	-
Negócios Digitais ⁽⁷⁾	100	-	-	-	49,00%	-	49	-	-	-	49	-
CAIXA Crescer ⁽⁸⁾	(29.709)	(13.825)	(24.170)	(27.669)	52,36%	49,00%	(15.556)	(6.774)	-	-	(15.556)	(6.774)
CAIXA Imóveis ⁽⁹⁾	(4.956)	4.204	(19.486)	(2.756)	49,98%	49,98%	(2.477)	2.101	-	-	(2.477)	2.101
FIP Amsterdam ⁽¹⁰⁾	-	-	-	(520)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total							1.599.569	1.710.563	326.665	366.166	1.926.234	2.076.730

(1) Os saldos do Banco Pan foram ajustados às práticas contábeis da CAIXAPAR. O valor patrimonial apresentado carrega ajuste histórico relacionado ao resultado intercompanhia de R\$ (953) mil.

(2) Alteração do percentual de participação societária na Elo em função do exercício da opção de compra previsto no acordo de acionistas celebrado entre a CAIXAPAR e a Elo Participações S.A.

(3) O valor patrimonial da participação na Capgemini está classificado no passivo, por apresentar saldo negativo em seu patrimônio líquido ajustado para fins de equivalência patrimonial.

(4) A CAIXAPAR possui participação total (direta + indireta) de 37,25% na Branes, sendo a parcela indireta registrada no FIP Veneza.

(5) Em 2016 ocorreu a reorganização societária da Cibrasec com a conversão parcial de ações ON em PN, seguida de agrupamento destas, mantendo-se inalterados os direitos políticos e econômicos e, portanto, inalterado o percentual de participação anterior em 9,09%, para fins de equivalência patrimonial.

(6) Subsidiária em fase pré-operacional, constituída em 20 de dezembro de 2018.

(7) Controlada em conjunto em fase pré-operacional, constituída em 04 de dezembro de 2018.

(8) O valor patrimonial da participação na CAIXA Crescer está classificado no passivo, por apresentar saldo negativo no seu patrimônio líquido.

(9) Em 2018, a Habitar teve sua denominação alterada para CAIXA Imóveis. O valor patrimonial da participação na CAIXA Imóveis está classificado no passivo, por apresentar saldo negativo no seu patrimônio líquido.

(10) O FIP Amsterdam encerrou suas atividades em setembro de 2017.

(11) Investimento: saldo dos investimentos da CAIXAPAR, considerando a totalidade de suas participações, incluídas aquelas classificadas no passivo, conforme notas 3, 8 e 9, acima.

(ii) Movimentação dos Investimentos em Participações Societárias:

Movimentação dos Investimentos em Participações Societárias										
Descrição	31/12/2017	Aquisição e Aporte de Capital	Alienação e Redução de Capital	Resultado de Equivalência Patrimonial	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	Amortização de Intangíveis	Redução ao Valor Recuperável	Provisão ⁽¹⁾	31/12/2018
Banco Pan	1.765.062	-	-	76.192	(211.052)	(28.469)	-	-	-	1.601.734
TecBan	111.445	6.269	-	(3.973)	778	-	(1.583)	-	-	112.934
Elo Serviços	44.692	2.471	(8)	56.027	5.209	(7.610)	-	-	-	100.782
Capgemini	92.590	-	-	(22.749)	-	-	(19.043)	(18.876)	22.749	54.672
Quod	28.724	36.051	-	(2.824)	-	-	-	-	-	61.951
FIP Veneza	33.441	749	-	(462)	(3.951)	-	-	-	-	29.777
Branes	1.898	-	-	4	(224)	-	-	-	-	1.678
Cibrasec	7.025	-	-	90	30	(251)	-	-	-	6.894
CAIXA Cartões	-	20	-	-	-	-	-	-	-	20
Negócios Digitais	-	49	-	-	-	-	-	-	-	49
CAIXA Imóveis	2.101	5.161	-	(9.739)	-	-	-	-	2.477	-
CAIXA Crescer	-	6.980	-	(12.656)	(3.463)	-	-	-	9.139	-
Total	2.086.979	57.749	(8)	79.910	(212.673)	(36.330)	(20.626)	(18.876)	34.365	1.970.491
Descrição	31/12/2016	Aquisição e Aporte de Capital	Alienação e Redução de Capital	Resultado de Equivalência Patrimonial	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	Amortização de Intangíveis	Redução ao Valor Recuperável	Provisão ⁽¹⁾	31/12/2017
Banco Pan	1.694.713	-	-	70.004	345	-	-	-	-	1.765.062
Tecban	106.537	-	-	6.491	-	-	(1.583)	-	-	111.445
Elo Serviços	23.111	2.471	(2.471)	22.657	-	(1.076)	-	-	-	44.692
Capgemini	186.944	-	-	(40.880)	-	-	(19.043)	(37.907)	3.475	92.590
Quod	-	34.155	-	(5.431)	-	-	-	-	-	28.724
FIP Veneza	32.685	458	-	299	-	-	-	-	-	33.441
Branes	1.874	-	-	23	-	-	-	-	-	1.898
Cibrasec	6.994	-	-	288	(29)	(227)	-	-	-	7.025
CAIXA Imóveis	-	3.479	-	(1.377)	-	-	-	-	-	2.101
CAIXA Crescer	-	25.226	(11.357)	(13.894)	336	-	-	-	(312)	-
FIP Amsterdam	-	1.088	(46)	(246)	-	-	-	-	(795)	-
Total	2.052.857	66.876	(13.875)	37.934	652	(1.303)	(20.626)	(37.907)	2.369	2.086.979

(1) Reclassificação de saldos para o passivo, em função de situação patrimonial negativa das participadas.

(iii) Resultado de Investimentos em Participações Societárias:

Resultado de Investimentos em Participações Societárias						
Descrição	Resultado de Equivalência Patrimonial	Receita de Juros sobre o Capital Próprio	Ganhos e Perdas em Aquisições e Alienações	Amortização de Intangíveis	Provisão para Redução ao Valor Recuperável no Investimento	2018
Banco Pan	76.192	22.918	-	-	-	99.110
TecBan	(3.973)	-	-	(1.583)	-	(5.557)
Elo Serviços	56.027	-	-	-	-	56.027
Capgemini	(22.749)	-	-	(19.043)	(18.876)	(60.668)
Quod	(2.824)	-	-	-	-	(2.824)
FIP Veneza	(462)	-	-	-	-	(462)
Branes	4	-	-	-	-	4
Cibrasec	90	116	-	-	-	206
CAIXA Cartões	-	-	-	-	-	-
Negócios Digitais	-	-	-	-	-	-
CAIXA Imóveis	(9.739)	-	-	-	-	(9.739)
CAIXA Crescer	(12.656)	-	-	-	-	(12.656)
Total	79.910	23.034	-	(20.626)	(18.876)	63.443
Descrição	Resultado de Equivalência Patrimonial	Receita de Juros sobre o Capital Próprio	Ganhos e Perdas em Aquisições e Alienações	Amortização de Intangíveis	Provisão para Redução ao Valor Recuperável no Investimento	2017
Banco Pan	70.004	-	-	-	-	70.004
Tecban	6.491	-	-	(1.583)	-	4.908
Elo Serviços	22.657	-	-	-	-	22.657
Capgemini	(40.880)	-	-	(19.043)	(37.907)	(97.829)
Quod	(5.431)	-	-	-	-	(5.431)
FIP Veneza	299	-	-	-	-	299
Branes	23	-	-	-	-	23
Cibrasec	288	440	-	-	-	728
CAIXA Imóveis	(1.377)	-	-	-	-	(1.377)
CAIXA Crescer	(13.894)	-	76	-	-	(13.818)
FIP Amsterdam	(246)	-	-	-	-	(246)
Total	37.934	440	76	(20.626)	(37.907)	(20.082)

(b) Banco Pan S.A.

O Banco Pan é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de empréstimo consignado, cartão de crédito consignado, financiamento de veículos, cartão de crédito institucional e consórcio de veículos e imóveis. Além disso, tem carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário para pessoas físicas, crédito ao consumidor, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens.

A seguir são apresentados os intangíveis e *goodwill*, identificados na combinação de negócios do Banco Pan:

Descrição	2018				2017			
	Saldo Inicial	Amortização	Saldo Final	Prazo (meses)	Saldo Inicial	Amortização	Saldo Final	Prazo (meses)
Intangíveis e <i>Goodwill</i>								
Marcas	32.684	-	32.684	-	32.684	-	32.684	-
Ágio (<i>Goodwill</i>)	176.358	-	176.358	-	176.358	-	176.358	-
Total	209.042	-	209.042		209.042	-	209.042	

Os ativos intangíveis relacionados a contratos e tecnologia foram integralmente amortizados.

Em 7 de fevereiro de 2018 o Conselho de Administração do Banco Pan homologou o aumento de capital da companhia, dentro do limite autorizado, no valor de R\$ 400 milhões.

Em 20 de abril de 2018 o Banco Pan comunicou aos seus acionistas e ao mercado a aprovação do Banco Central para o aumento de capital da companhia, não acompanhado pela CAIXAPAR, alterando-se sua participação societária para 32,83%. A despeito da nova composição do capital social da companhia, o controle compartilhado do Banco Pan não foi alterado.

(c) Tecnologia Bancária S.A. - TecBan

A TecBan é uma empresa especializada na gestão de redes de autoatendimento bancário e tem por objeto, mediante atuação própria ou mediante consórcios, convênios, parcerias ou participação de capital em outras sociedades, a prestação de serviços, o planejamento e o desenvolvimento de tecnologia nas áreas bancária, comercial, industrial ou de serviços.

A movimentação dos ativos intangíveis, identificados na combinação de negócios da Tecban, segue abaixo:

Descrição	2018				2017			
	Saldo Inicial	Amortização	Saldo Final	Prazo (meses)	Saldo Inicial	Amortização	Saldo Final	Prazo (meses)
Intangíveis								
Marcas	2.688	-	2.688	-	2.688	-	2.688	-
Contratos	58.310	(1.583)	56.727	480	59.893	(1.583)	58.310	480
Total	60.998	(1.583)	59.415		62.581	(1.583)	60.998	

(d) Elo Serviços S.A.

A Elo Serviços é uma sociedade anônima de capital fechado com objetivo de prestação de serviços relacionados a soluções e meios de pagamento em geral, inclusive através de meios eletrônicos, a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia acionista ou quotista, e o licenciamento ou o sublicenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade da Sociedade.

Em março de 2018, a CAIXAPAR exerceu opção de compra de ações da Elo Serviços, passando a deter 36,89% do capital social.

(e) Capgemini Brasil S.A.

A Capgemini é uma sociedade anônima de capital fechado que atua no desenvolvimento, implementação, comercialização de sistemas, prestação de serviços e assistência técnica a terceiros na área de informativa, bem como na industrialização, importação, comercialização, locação, instalação e manutenção de equipamentos de processamento eletrônico de dados.

A movimentação dos ativos intangíveis e do *goodwill*, identificados na combinação de negócios da Capgemini, é exposta abaixo:

Descrição	2018					2017				
	Saldo Inicial	Amortização	Impairment	Saldo Final	Prazo (meses)	Saldo Inicial	Amortização	Impairment	Saldo Final	Prazo (meses)
Intangíveis e <i>Goodwill</i>										
Marcas	73.573	(16.350)	(10.284)	46.940	120	89.923	(16.350)	-	73.573	120
Contratos	12.118	(2.693)	(1.694)	7.732	120	14.811	(2.693)	-	12.118	120
Ágio (<i>Goodwill</i>)	6.899	-	(6.899)	-	-	44.805	-	(37.907)	6.899	-
Total	92.590	(19.043)	(18.876)	54.672		149.540	(19.043)	(37.907)	92.590	

Em 2018, a Capgemini emitiu debêntures no valor de R\$ 255 milhões, classificadas no patrimônio líquido da companhia e integralmente subscritas por um de seus acionistas. Trata-se de debêntures simples, não conversíveis em ações, sob a forma nominativa, sem garantia, de natureza perpétua, com subordinação aos demais credores e preferência em relação aos demais acionistas.

(f) Gestora de Inteligência de Crédito S.A. - Quod

A Gestora de Inteligência de Crédito S.A., criada em 2017, é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo a gestão de um banco de dados de informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas.

Em julho de 2018, os acionistas aprovaram a mudança do nome comercial da companhia, que passa a ser designada por meio da marca Quod.

A Quod segue em fase pré-operacional, ainda sem receitas, realizando despesas prévias ao início da operação, conforme previsto no plano de negócios.

(g) Companhia Brasileira de Securitização - Cibrasec

A Cibrasec tem como principais objetivos sociais: a) securitização de créditos oriundos de operações imobiliárias e de operações do agronegócio, assim compreendida a compra, venda e prestação de garantias em créditos imobiliários e em direitos creditórios do agronegócio; b) a prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de operações imobiliárias e de direitos creditórios oriundos de operações do agronegócio; c) a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários, Certificados de Recebíveis do Agronegócio, e de outros títulos de crédito; d) a realização de negócios e prestação

de serviços compatíveis com as suas atividades; e) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos imobiliários e na sua carteira de direitos creditórios do agronegócio.

(h) CAIXA Cartões Holding S.A.

A CAIXA Cartões, em situação pré-operacional, é uma sociedade anônima, subsidiária integral da CAIXAPAR, criada em dezembro de 2018 por meio de autorização da Lei n.º 13.262, de 22 de março de 2016, combinada com a Lei n.º 11.908, de 03 de março de 2009. Tem sede e foro na cidade de Brasília e seu objeto social consiste em (a) gerir participações societárias, podendo adquirir e alienar participações em empresas já existentes ou por ela criadas, públicas ou privadas, com ou sem controle, cujo objeto social seja relacionado a meios de pagamento, abrangendo, mas não se limitando a tanto, atividades de emissão, gestão de contas, bandeira, adquirência, credenciamento, facilitação e fidelização; e (b) explorar quaisquer direitos e atividades comerciais ligadas a meios de pagamento.

(i) Negócios Digitais S.A.

A Negócios Digitais, em fase pré-operacional, é uma sociedade por ações de capital fechado, cujo objeto social consiste na comercialização de produtos e serviços bancários e não bancários por meio de plataforma eletrônica; intermediação de negócios relacionados a operações de crédito; promoção de negócios, pesquisas e informações cadastrais; serviços relacionados à cobrança; atendimento e suporte a clientes; gestão e processamento de base de dados; entre outros.”

(j) CAIXA Imóveis S.A.

A CAIXA Imóveis, em fase operacional desde setembro de 2017, é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado. Tem por objetivo atuar no mercado imobiliário na originação e processamento de crédito, na atuação como correspondente de instituição financeira, na gestão de redes de intermediação imobiliária e soluções de internet, na gestão de um portal web de negócios, e na prestação de serviços de arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico especializado.

Em 9 de março de 2018 ocorreu Assembleia Geral Extraordinária para alteração da razão social da Habitar Negócios e Serviços S.A. para CAIXA Imóveis S.A.

A Ata da referida Assembleia foi protocolada na Junta Comercial em 13 de abril de 2018.

(k) Branes Negócios e Serviços S.A.

A Branes é uma sociedade anônima, com prazo de duração indeterminado. Tem por objeto atuar no mercado de serviços de processamento de crédito (*Business Process Outsourcing – BPO*) e outros serviços complementares ao setor financeiro e centro de suporte a clientes.

A Branes encontra-se em fase pré-operacional e consoante ao seu objeto social, firmou no dia 14 de agosto de 2012, contrato de cinco anos, com a CAIXA, no valor de R\$ 1.194.497.000 (um bilhão, cento e noventa e quatro milhões, quatrocentos e noventa e sete mil reais), para a prestação de serviços de operacionalização de originação de crédito imobiliário.

O contrato com a CAIXA, mencionado acima, foi suspenso em 26 de dezembro de 2012 pelo Tribunal de Contas da União para análise e julgamento sobre o processo (TC 029.884/2012-8) de contratação realizada pela CAIXA. Atualmente, esse processo está concluso com o Relator para despacho.

No ano de 2015, a Branes foi notificada no processo TC 033.668/2012-4, em trâmite perante o TCU para análise e julgamento sobre a legalidade da participação acionária da CAIXAPAR na companhia, o que foi julgado, em 1ª instância, como ilegal pelo TCU. Foi apresentado recurso pela companhia, assim como pela própria CAIXAPAR e IBM contra a referida decisão. Em 14 de novembro de 2016 foi finalizada a proposta de encaminhamento da Secretaria de Recursos do TCU, no sentido de dar provimento aos pedidos de reexame interpostos pela CAIXA, pela IBM e pela Branes e, em 06 de dezembro de 2016, a proposta de encaminhamento foi aprovada pelo Secretário da Secretaria de Recursos e os autos do processo foram remetidos ao Ministro Relator dos recursos, com quem segue atualmente.

Em 31 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração da Branes decidiu pelo término do referido contrato firmado com a CAIXA, tendo em vista o tempo decorrido desde sua assinatura – mais do que os cinco anos contratualmente previstos para a Branes prestar serviços à CAIXA, sendo o fim da sua vigência previsto para 14 de agosto de 2017, sem que a prestação desse serviço tenha efetivamente iniciado, em razão de determinação liminar do Tribunal de Contas da União, no

processo administrativo nº TC 029.884/2012-8, situação que perdura até os dias atuais, sem nenhuma garantia de reversão.

(l) Fundo de Investimento em Participações CAIXA Veneza

O FIP Veneza foi constituído em 2012, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de dez anos, contados da data de início, exceto se houver prorrogação do prazo. O Fundo é administrado e sua carteira de investimentos é gerida pela CAIXA.

O Fundo possui seus recursos substancialmente aplicados na Branes, também controlada em conjunto da CAIXAPAR.

O Acordo de Cotistas do FIP Veneza contém cláusula de Opção de Venda, outorgada de modo irrevogável pela CAIXAPAR ao outro sócio, pela qual assume o compromisso de, no prazo de dez anos, adquirir a totalidade de suas cotas, pelo valor desembolsado nas integralizações de capital, atualizado por um fator de correção do mercado financeiro.

Na avaliação desta Administração, as atuais circunstâncias da Branes, extensíveis ao FIP Veneza, conferem ao instrumento de Opção de Venda condições de exigibilidade, para pagamento a termo, desde o ato de originação, em caráter irrevogável, por valor confiavelmente mensurável, o qual foi apresentado na Nota 6 (e) – Instrumentos Financeiros – Custo Amortizado (Opções de Venda).

(m) Crescer Serviços de Orientação a Empreendedores S.A.

A CAIXA Crescer tem por objeto social a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional a empresas e outras organizações, notadamente empreendedores em território nacional.

O Acordo de Acionistas, celebrado em 05 de junho de 2017, contém uma Opção de Venda outorgada pela CAIXAPAR, de forma irrevogável e irretroatável ao outro acionista, tendo por objeto a aquisição de ações que conferirão à CAIXAPAR o controle da CAIXA Crescer.

Em 29 de novembro de 2018, a CAIXAPAR recebeu notificação emitida pelo outro acionista, comunicando o exercício da Opção de Venda de ações de sua titularidade, com prazo de doze meses para sua liquidação, a contar da data de notificação.

O valor estimado para liquidação da obrigação perante o outro acionista, a valor presente, está sendo apresentado na Nota 6 (e) – Instrumentos Financeiros – Custo Amortizado (Opções de Venda).

Em 03 de maio de 2019, a Diretoria da CAIXAPAR, em sua Reunião Ordinária, aprovou matéria referente à dissolução da CAIXA Crescer, conforme consignado na Certidão da Ata nº 025, de 06 de maio de 2019.

Na reunião do dia 23 de maio de 2019 do Conselho de Administração da CAIXAPAR, foi aprovada proposta de desmobilização imediata, dissolução e liquidação da CAIXA Crescer, justificada pela evidente incapacidade da empresa em gerar recursos para cobrir minimamente suas despesas.

Em função das medidas em curso, foi constituída provisão passiva adicional para as obrigações societárias decorrentes da perspectiva de liquidação da opção de venda no exercício seguinte e da subsequente dissolução e liquidação da companhia, discriminada na Nota 6 (e).

Nota 8 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

(a) Testes Realizados (Banco Pan, TecBan e Capgemini)

Conforme política a empresa aplica o teste anualmente nas participações no Banco Pan, na Capgemini e na TecBan, bem como procede à avaliação dos demais ativos e unidades geradoras de caixa, sempre que houver evidência de perda, em observância ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

No exercício de 2018, os estudos realizados não identificaram ativos com indícios de desvalorização que justificassem o reconhecimento de perdas para o Banco Pan e para a TecBan. O valor recuperável desses negócios foi superior ao saldo contábil dos investimentos, inclusive intangíveis e *goodwill*, quando existentes, registrados para as participações acima mencionadas. Para a Capgemini, o estudo apontou desvalorização no valor de R\$ 18.876 mil, registrada nas demonstrações contábeis da CAIXAPAR e apurada de acordo com os principais parâmetros descritos a seguir.

(b) Principais Parâmetros Adotados (Capgemini)

A metodologia de avaliação empregada na determinação do valor em uso da Capgemini foi a de fluxo de caixa descontado, apurando-se o valor do investimento através da soma do valor presente dos fluxos de caixa futuros, fundamentados nas projeções de orçamento aprovadas pela administração da Capgemini e outras informações publicamente disponíveis.

Para a determinação do valor da companhia, a formulação do fluxo de caixa livre da firma incluiu a totalidade de seus ativos operacionais tangíveis e intangíveis, com valor presente equivalente à soma dos fluxos de caixa projetados e do valor terminal descontados pelo custo médio ponderado de capital, em termos nominais, e ajustado por eventuais ativos e passivos não operacionais.

O horizonte de projeções considerou período de projeção explícita com término em 2023 e valor terminal estimado a partir do fluxo de caixa livre após o período de projeção explícita, ajustado por uma taxa de crescimento na perpetuidade de 3,75% a.a., em termos nominais, baseada na expectativa de inflação de longo prazo divulgada pelo Banco Central do Brasil.

(c) Provisão para Perdas em Instrumentos de Opção de Venda (CAIXA Crescer e FIP Veneza)

A partir das evidências de perda relacionadas à CAIXA Crescer e aos ativos do FIP Veneza, relatados na Nota 7 – Investimentos, as mesmas conclusões alcançam os instrumentos de opção de venda a que se vinculam.

No caso da CAIXA Crescer, a provisão para perdas com a opção de venda foi estabelecida a partir das condições econômicas da companhia ao término de 2018, relatadas na Nota 7 (m), e corroborada pela decisão da Administração por liquidar a companhia, como evento subsequente. Portanto, foi considerada contabilmente como fato de 2018, em observância ao item 8 do Pronunciamento CPC 24, segundo o qual a entidade deve ajustar suas demonstrações contábeis para que reflitam os eventos subsequentes que evidenciem condições que já existiam na data final do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis.

Quanto ao FIP Veneza, a provisão para perda considera a permanência da situação pré-operacional do principal ativo do fundo, Branes, e o agravamento das incertezas quanto à sua capacidade de retorno de capital aos cotistas, dada a vida útil predefinida para o ativo, ou seja dez anos, ao final dos quais a CAIXAPAR se comprometeu a liquidar as operações do FIP e adquirir as cotas do outro sócio.

Em ambos os casos, o reconhecimento do *impairment* resulta da confrontação entre o preço de exercício da opção, atualizado a valor presente, e o valor patrimonial do ativo subjacente, ação ou cota, conforme o caso.

As perdas por *impairment* nos instrumentos de opção de venda da CAIXA Crescer e do FIP Veneza estão discriminadas na Nota 6 (e) – Instrumentos Financeiros – Custo Amortizado (Opções de Venda).

Nota 9 – Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O capital social da CAIXAPAR é de R\$ 2.821.931 mil representado por 2.500.000, ações ordinárias, sem valor nominal, subscrito, integralmente pela CAIXA, atendendo o art. 182 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Descrição	2018	2017
Capital Social	2.821.931	2.903.636
Capital Autorizado	4.000.000	4.000.000
Capital a Integralizar (-)	(1.178.069)	(1.096.364)

(b) Reservas de Lucros

As reservas de lucros da CAIXAPAR são constituídas pelas reserva legal, reserva estatutária e retenção de lucros para orçamento de capital:

Descrição	2018	2017
Reservas de Lucros	345.743	143.363
Reserva Legal	123.680	110.409
Reserva Estatutária	32.954	32.954
Retenção de Lucros - Orçamento de Capital	189.110	-

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial, até o encerramento de 2018, estavam representados pelo ajuste a valor justo, líquido dos efeitos tributários, de títulos de carteira própria mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes, bem como de coligadas e controladas e por outros resultados abrangentes, como ganhos e perdas por variação na participação relativa e outros ajustes ao patrimônio líquido das investidas mensuradas por equivalência patrimonial, reconhecidos de forma reflexa no patrimônio líquido da CAIXAPAR, cujos saldos apresentam-se a seguir:

Descrição	2018	2017
Títulos Disponíveis para Venda - Próprios	-	397.330
Cielo ⁽¹⁾	-	663.377
Efeitos Tributários	-	(266.047)
Títulos Disponíveis para Venda - Coligadas e Controladas	(3.150)	(86.620)
Banco Pan	(3.165)	(4.900)
Caixa Seguros Holding S.A. ⁽²⁾	-	(81.705)
Capgemini	15	15
Cibrasec	-	(30)
Outros Resultados Abrangentes	(135.952)	78.486
Banco Pan ⁽³⁾	(187.399)	25.388
Branes	(224)	-
Caixa Crescer	(3.127)	336
Capgemini	52.762	52.762
Elo Serviços	5.209	-
FIP Veneza	(3.951)	-
TecBan	778	-
Total	(139.102)	389.196

(1) Em 2018, a Administração deliberou pela alienação total da carteira de ações da Cielo, conforme evidencia a Nota 6. A valorização bruta histórica acumulada ao término de 2017, no valor de R\$ 663.377 mil foi integralmente realizada ao longo de 2018, em parte pela marcação a mercado negativa no ano, de R\$ (307.215) mil e em parte pelo resultado bruto realizado com a alienação da carteira, de R\$ 356.152 mil

(2) Até o encerramento do exercício de 2017, remanescia no Patrimônio Líquido o saldo negativo de R\$ (81.705) mil, registrado a título de ajuste reflexo da desvalorização dos títulos e valores mobiliários pertencentes à CAIXA Seguros Holding S.A., enquanto investida da CAIXAPAR, até o evento de cisão parcial, ocorrido em 2015. No 1º semestre de 2018, a referida desvalorização foi absorvida e incorporada, em definitivo, ao Capital Social.

(3) Em 1º de janeiro de 2018, em decorrência da adoção da nova norma internacional de instrumentos financeiros, IFRS 9, foram realizados ajustes aos saldos patrimoniais do Banco Pan, que resultaram em uma redução de aproximadamente R\$ (130.159) mil ao patrimônio líquido, dos quais R\$ (52.518) mil proporcionais à participação da CAIXAPAR. Outro aspecto relevante para o resultado abrangente está relacionado à variação na participação relativa decorrente do aumento de capital de R\$ 400 milhões comunicado ao mercado em 20 de abril de 2018, não acompanhado pela CAIXAPAR. Como reflexo da operação, a CAIXAPAR reconheceu a perda de R\$ (166.773) mil no resultado abrangente do período.

(d) Destinações do Exercício e Dividendos Propostos

As destinações do exercício e dividendos propostos incluem as distribuições do resultado do exercício, dos ganhos provenientes das transações com instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes e valores registrados diretamente no patrimônio líquido, a título de ajustes de exercícios anteriores e resultado de transações entre sócios.

Descrição	2018	2017
Resultado Líquido do Exercício	39.521	46.251
Resultado de Instrumentos Financeiros - VJORA	238.786	-
Resultado de Transações Patrimoniais entre Sócios	(16.330)	-
Provisão para Perda por <i>Impairment</i> de Instrumento Financeiro ⁽¹⁾	(24.742)	-
Créditos Tributários sobre Perdas Temporárias ⁽²⁾	8.412	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.439	-
Retificação de Tributos em Operações de Aquisição Societária ⁽³⁾	3.082	-
Ajustes de Exercícios Anteriores em Investidas - Ajuste Reflexo	357	-
Saldo à Disposição da Assembleia	265.417	46.251
Proposta de Destinação do Exercício	265.417	46.251
Reserva Legal 5%	13.271	2.313
Dividendos Propostos 25%	63.037	10.985
Retenção de Lucros - Orçamento de Capital	189.110	-
Reserva Estatutária	-	32.954
Saldo no Fim do Período	-	-

(d.1) Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Instrumentos Financeiros – Opção de Venda

No exercício de 2018 ocorreu o reconhecimento inicial da opção de venda relacionada ao FIP Veneza, descrita em detalhes na Nota 6 (e) – Instrumentos Financeiros – Custo Amortizado (Opções de Venda) e na Nota 7 (I) – FIP Veneza. O preço de exercício da opção na data de 31.12.2017 correspondia a R\$ 34.572 e, deduzido da respectiva perda estimada, no valor de R\$ (24.742), está sendo apresentado pelo seu valor recuperável de R\$ 9.830.

(d.2) Constituição de Crédito Tributário sobre Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Instrumentos Financeiros – Opção de Venda

Sobre as despesas com provisão para perdas por *impairment*, a CAIXAPAR constitui crédito tributário de IRPJ (25%) e CSLL (9%) para realização quando da alienação ou baixa do investimento, em consonância com a legislação vigente. Sobre a provisão calculada para a data de 31.12.2017, no valor de R\$ (24.742), apurou-se um crédito de R\$ 8.412.

(d.3) Reprocessamento de Base Tributária sobre Operações de Aquisição Societária

O montante de R\$ 3.082 mil tem origem no reprocessamento da base tributária relativa ao ganho por compra vantajosa obtido na aquisição de participação societária adicional na TecBan em 2015, e do recolhimento de tributos a maior, efetuado à autoridade fiscal naquela ocasião. Refere-se, desta forma, às receitas de atualização monetária sobre o crédito tributário constituído, de R\$ 4.898 mil, deduzidos os respectivos encargos, no valor de R\$ (1.816) mil.

Nota 10 – Tributos

A CAIXAPAR adota como regime de tributação o lucro real, optando pela apuração anual do IRPJ e da CSLL.

Em decorrência dessa opção, a CAIXAPAR está sujeita a pagamentos mensais dos tributos sobre uma base de cálculo estimada, com a possibilidade de adoção do balancete de suspensão, se preenchidos os requisitos constantes no artigo 227 do Decreto n.º 9.580, de 22 de novembro de 2018 e nas demais legislações aplicáveis.

(a) Apuração do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A CAIXAPAR apurou no final do período as despesas correntes de IRPJ (alíquota de 15%, com o adicional de 10% no caso do lucro tributável exceder a parcela mensal de R\$ 20 mil) e de CSLL (alíquota de 9%), conforme quadro elucidativo abaixo:

Descrição	2018	2017
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e das Participações	30.256	72.533
Encargo IRPJ e CSLL	(10.263)	(24.637)
Efeitos de Adições e Exclusões sobre a Apuração de Tributos	(113.152)	(3.334)
Resultado de Equivalência Patrimonial	20.142	4.201
Receitas de Dividendos de Instrumentos Financeiros - VJORA	7.193	5.357
Despesa de Provisão para Perdas por <i>Impairment</i> sobre <i>Goodwill</i>	(32.475)	(12.888)
Ganho de Capital em Alienação de Instrumentos Financeiros - VJORA	(103.254)	-
Outros	(4.759)	(4)
Outros Ajustes	108.137	-
Participações sobre o Resultado - Dirigentes	188	-
Efeito Fiscal - IFRS 9 - Alienação de Instrumentos Financeiros - VJORA	108.055	-
Outros	(106)	-
Tributos correntes	(15.279)	(27.972)
Ativo Fiscal Diferido - Constituição / Realização	33.912	(1)
Passivo Fiscal Diferido	(8.816)	-
Tributos Diferidos	25.096	(1)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	9.817	(27.973)
Taxa Efetiva - Tributos	-50,50%	-38,56%

(b) Obrigações Fiscais e Previdenciárias a Pagar

As obrigações fiscais e previdenciárias a pagar no exercício foram influenciadas pela tributação sobre o ganho de capital auferido em decorrência da alienação de participação acionária na Cielo e sobre ajustes de exercícios anteriores.

Descrição	2018	2017
Obrigações Fiscais e Previdenciárias		
Impostos e Contribuições a Pagar	61.828	5.047
IRPJ e CSLL a Pagar sobre Ganho de Capital - Instrumentos Financeiros - VJORA	103.254	-
IRPJ e CSLL a Pagar sobre Resultado do Período Ajustado	15.279	4.472
IRPJ e CSLL a Pagar e Encargos sobre Ajustes de Exercícios Anteriores	2.156	-
PASEP e COFINS a Pagar	660	575
Compensação de IRPJ e CSLL com Antecipações e Retenções	(59.521)	-
Impostos e Contribuições a Recolher	24	60
Total	61.852	5.107

(c) Tributos Diferidos

Os tributos diferidos são calculados mediante a apuração das diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, conforme o caso.

A CAIXAPAR registrou o ativo fiscal diferido às alíquotas de 25% e 9% de IRPJ e CSLL, respectivamente, sobre a despesa com provisão para perdas por *impairment* nos ativos intangíveis alocados à Capgemini (exceto ágio por expectativa de rentabilidade futura), bem como nos instrumentos de opção de venda a liquidar reconhecidos no ativo e na constituição de provisão para obrigações societárias, passíveis de crédito tributário.

Descrição	2018	2017	Constituição / Reversão
Impacto no Resultado	33.970	57	33.913
Despesa com Provisão para Perdas por <i>Impairment</i>	30.186	57	30.129
Despesa com Provisão para Obrigações Societárias	3.784	-	3.784
Impacto no Patrimônio Líquido	8.412	-	8.412
Despesa com Provisão para Perdas por <i>Impairment</i>	8.412	-	8.412
Ativo Fiscal Diferido - IRPJ e CSLL	42.382	57	42.325

O passivo fiscal diferido é resultante: (i) do ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes; (ii) da reclassificação desses ajustes para o resultado do exercício em aquisições de controle conjunto em estágios, anteriormente à vigência da norma IFRS 9 – Instrumentos Financeiros; (iii) do ganho por compra vantajosa apurado na aquisição de participação adicional na TecBan em exercícios anteriores; e (iv) dos juros sobre o capital próprio provisionados pelo Banco Pan, conforme quadro abaixo, mediante as alíquotas de 25% para IRPJ, 9% para CSLL, 1,65% para o PIS/PASEP e 7,6% para a COFINS:

Descrição	2018	2017	Constituição / Reversão
Impacto no Resultado	29.479	1.011	28.469
Juros sobre o Capital Próprio a Receber ⁽¹⁾	28.469	-	28.469
Reclassificação de MaM em Disponíveis para Venda - Aquisição em Estágios ⁽²⁾	1.011	1.011	-
Impacto no Patrimônio Líquido	48.899	663.377	(614.478)
Ganho por Compra Vantajosa de Participações Societárias ⁽³⁾	48.899	-	48.899
Ajuste a Valor de Mercado de Instrumentos Financeiros - VJORA ⁽⁴⁾	-	663.377	(663.377)
Passivo Fiscal Diferido - Base de Cálculo	78.378	664.388	(586.010)

Descrição	2018	2017	Constituição / Reversão
Impacto no Resultado	9.128	312	8.816
Juros sobre o Capital Próprio a Receber ⁽¹⁾	8.784	-	8.784
Reclassificação de MaM em Disponíveis para Venda - Aquisição em Estágios ⁽²⁾	344	312	32
Impacto no Patrimônio Líquido	16.626	204.685	(188.059)
Ganho por Compra Vantajosa de Participações Societárias ⁽³⁾	16.626	-	16.626
Ajuste a Valor de Mercado de Instrumentos Financeiros - VJORA ⁽⁴⁾	-	204.685	(204.685)
Passivo Fiscal Diferido - IRPJ e CSLL	25.753	204.997	(179.244)

Descrição	2018	2017	Constituição / Reversão
Impacto no Resultado	2.633	94	2.540
Juros sobre o Capital Próprio a Receber ⁽¹⁾	2.633	-	2.633
Reclassificação de MaM em Disponíveis para Venda - Aquisição em Estágios ⁽²⁾	-	94	(94)
Impacto no Patrimônio Líquido	-	61.362	(61.362)
Ganho por Compra Vantajosa de Participações Societárias ⁽³⁾	-	-	-
Ajuste a Valor de Mercado de Instrumentos Financeiros - VJORA ⁽⁴⁾	-	61.362	(61.362)
Passivo Fiscal Diferido - PIS e COFINS	2.633	61.456	(58.823)

(1) Juros sobre o capital próprio a receber, provisionados pelo Banco Pan, para deliberação em AGO.

(2) Reclassificação de ajuste a valor de mercado, classificado no patrimônio líquido, de títulos disponíveis para venda anteriormente à vigência da IFRS 9 (TecBan), objetos de aquisição de controle conjunto, em estágios, realizada em 2015.

(3) Ganho por compra vantajosa na aquisição de participação adicional na TecBan, em 2015.

(4) Variação negativa em 2018, em decorrência da marcação a mercado das ações da Cielo, somada à realização/baixa pela alienação da carteira.

(d) Outros Créditos de Longo Prazo

Os outros créditos classificados no ativo não circulante, originam-se do reprocessamento da base tributária relativa ao ganho por compra vantajosa obtido na aquisição de participação societária adicional na TecBan em 2015, e do recolhimento de tributos a maior, efetuado à autoridade fiscal naquela ocasião, face ao previsto no § 6º do art. 20 da Lei n.º 12.973, de 13 de maio de 2014, segundo o qual referido ganho somente será computado na determinação do lucro real no período de apuração da alienação ou baixa do investimento.

A este, soma-se o ativo fiscal diferido anteriormente mencionado, relacionado aos ativos intangíveis associados ao investimento na Capgemini.

Descrição	2018
Outros Créditos de Longo Prazo	
Crédito Tributário sobre Ganho por Compra Vantajosa (a + b + c)	22.561
Base de cálculo	48.899
Valor do crédito de IRPJ e CSLL - Principal (a)	16.626
Receita de atualização monetária - Exercícios anteriores (b)	4.898
Receita de atualização monetária - Exercício corrente (c)	1.037
Crédito Tributário sobre Perdas por Impairment - Intangíveis	4.072
Base de cálculo	11.977
Valor do crédito de IRPJ e CSLL - Principal (34%)	4.072
Total	26.633

Nota 11 – Despesas Gerais e Administrativas

Descrição	2018	2017
Despesa de Pessoal	(14.990)	(11.369)
Despesa de Pessoal - Conselheiros e Diretores	(3.601)	(3.381)
Despesa de Pessoal - Empregados Disponibilizados	(11.389)	(7.988)
Despesas de Convênio com a Controladora	(3.719)	(2.604)
Despesas de Convênio - Compartilhamento de Estrutura	(1.270)	(863)
Despesas de Convênio - Atividades Operacionais	(2.450)	(1.741)
Despesa de Serviços Técnicos Especializados	(6.270)	(2.511)
Outras Despesas Administrativas	(1.621)	(213)
Total	(26.600)	(16.696)

A CAIXAPAR compartilha com sua Controladora, CAIXA, determinados serviços especializados necessários ao exercício de sua atividade fim, entre os quais destacamos as atividades de auditoria, controladoria, contabilidade, assessoria jurídica e tributária. As despesas referentes a esses serviços são contabilizadas como despesas de convênio com a Controladora.

As despesas de serviços técnicos especializados se referem à contratação de consultorias especializadas em subsidiar avaliações de investimentos.

Nota 12 – Outras Receitas e Despesas Operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas de Tributos	(8.080)	(5.102)
Despesa de Tributos - COFINS	(6.751)	(4.351)
Despesa de Tributos - PIS/PASEP	(1.325)	(751)
Despesa de Tributos - Outros	(5)	-
Outras Receitas Operacionais	1.203	48
Outras Despesas Operacionais	(660)	(16)
Despesas de Provisão	(87.767)	-
Despesa de Provisão para Perdas por <i>Impairment</i> de Instrumento Financeiro	(76.638)	-
Despesa de Provisão para Obrigações Societárias	(11.129)	-
Despesa de Provisão para Contingências Trabalhistas	(1)	-
Total	(95.304)	(5.070)

(a) Despesas de Tributos

As despesas de contribuição ao COFINS e ao PIS/PASEP foram apuradas pela CAIXAPAR pelo regime não cumulativo, obrigatório para as pessoas jurídicas de direito privado sujeitas a tributação pelo lucro real, com incidência das alíquotas de 1,65% para o PIS/PASEP e de 7,6% para a COFINS, conforme preceitua a IN SRF n.º 404, de 12 de março de 2004 e demais legislações correlatas.

(b) Despesas de Provisão

Referem-se às despesas efetivas do exercício com a formação da provisão para redução ao valor recuperável dos instrumentos financeiros e das provisões passivas para os custos de dissolução e liquidação da CAIXA Crescer, respectivamente apresentados na Nota 6 (e) – Instrumentos Financeiros – Custo Amortizado (Opções de Venda) e nas Notas 7 (l) e 7 (m), além de provisões para contingências trabalhistas, de valor inferior a hum mil reais.

Nota 13 – Resultado Financeiro

Descrição	2018	2017
Receitas Financeiras	88.950	114.380
Receitas de Instrumentos Financeiros - VJR	63.145	88.052
Operações Compromissadas	-	10.301
Certificados de Depósito Bancário	38.838	65.577
Cotas de Fundos de Investimento Referenciados	24.306	12.175
Receitas de Instrumentos Financeiros - VJORA	25.531	25.942
Receita de Dividendos - Cielo	21.156	15.756
Receita de Juros sobre o Capital Próprio - Cielo	4.375	10.186
Receitas de Instrumentos Financeiros - Custo Amortizado	274	387
Rendimento de Operação de Mútuo com Sociedades Ligadas	274	387
Despesas Financeiras	(233)	-
Despesa de Atualização Monetária de Dividendos	(233)	-
Total	88.718	114.380

As receitas de dividendos e juros sobre o capital próprio provenientes da Cielo foram reconhecidas e recebidas em conformidade com o Aviso aos Acionistas divulgado ao mercado em 26 de novembro de 2018, que atribuiu o direito com base na posição acionária de 27 de setembro de 2018.

Nota 14 – Partes Relacionadas

a) Entidade Controladora

A CAIXAPAR é uma empresa constituída sob forma de sociedade por ações como subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, sob o controle direto dessa instituição.

b) Partes Relacionadas

No quadro abaixo é apresentada a natureza das partes relacionadas da CAIXAPAR para o período encerrado:

Partes Relacionadas	
Entidade	Relacionamento
Caixa Econômica Federal	Controladora Integral
Caixa Holding Securitária S.A	Entidade sob Controle Comum
Caixa Loterias S.A	Entidade sob Controle Comum
Caixa Seguridade Participações S.A	Entidade sob Controle Comum
Banco Pan	Controlada em Conjunto
Branes	Controlada em Conjunto
CAIXA Cartões	Controlada
CAIXA Crescer	Controlada em Conjunto
CAIXA Imóveis	Controlada em Conjunto
Capgemini	Controlada em Conjunto
Cibrasec	Coligada
Elo Serviços	Controlada em Conjunto
FIP Veneza	Controlada
Negócios Digitais	Controlada em Conjunto
Quod	Controlada em Conjunto
TecBan	Controlada em Conjunto

c) Principais Transações com Partes Relacionadas

O quadro abaixo apresenta as variações patrimoniais das principais transações com as partes relacionadas da CAIXAPAR no período:

Descrição	2018	2017
Ativos	1.305.445	910.954
Equivalentes de Caixa - Caixa Econômica Federal	539.947	636.817
Instrumentos Financeiros - VJR - Caixa Econômica Federal	729.660	265.333
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Receber	31.298	4.540
Instrumentos Financeiros - Custo Amortizado - CAIXA Crescer	4.539	4.265
Passivos	108.852	22.415
Dividendos Propostos - Caixa Econômica Federal	63.037	10.985
Convênio de Compartilhamento de Estrutura e Serviços - Caixa Econômica Federal	1.558	1.181
Obrigações com Coligadas e Controladas em Conjunto	44.257	10.249

As obrigações com coligadas e controladas em conjunto referem-se ao reconhecimento do valor patrimonial negativo, decorrente do passivo a descoberto proporcional às participações societárias na CAIXA Crescer, na Caixa Imóveis e na Capgemini, conforme Nota 7(i) – Investimentos.

A seguir, são apresentadas as variações no resultado das principais transações com as partes relacionadas no período:

Descrição	2018	2017
Receitas	63.419	88.439
Receitas de Aplicações Financeiras - Caixa Econômica Federal	63.145	88.052
Atualização Monetária sobre Operação de Mútuo - Caixa Crescer	274	387
Despesas	(3.952)	(2.604)
Atualização Monetária de Dividendos - Caixa Econômica Federal	(233)	-
Despesas de Convênio de Compartilhamento - Caixa Econômica Federal	(3.719)	(2.604)

d) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Os custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração são apresentados como segue:

Descrição	2018	2017
Proventos	2.334	2.000
Benefícios de Curto Prazo	709	523
Encargos Sociais	1.742	1.204

A CAIXAPAR não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores.

Nota 15 – Gerenciamento de Risco

A CAIXAPAR está exposta a duas fontes de risco de crédito: na primeira, os recursos aplicados em tesouraria possuem perfil de risco mitigado por estarem alocados em instituição financeira de primeira linha, no caso a Controladora CAIXA. O montante em Certificados de Depósito Bancário é de R\$ 539.945 mil, enquanto o aplicado no Fundo de Investimento Caixa TOP Renda Fixa Referenciado DI Longo Prazo, também administrado pela CAIXA é de R\$ 729.660 mil; a segunda fonte de risco de crédito é o contrato de mútuo firmado com a participada CAIXA Crescer, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 4.539 mil.

Com relação ao risco de liquidez, conceituado como a possibilidade de descumprimento de obrigações contratuais nas datas previstas, devido a restrições de liquidez no mercado, sua política está disciplinada em regra interna, e realizada pelo planejamento anual da gestão do fluxo de caixa, reporte mensal à diretoria apresentando o executado e as projeções, além de um acompanhamento diário das movimentações financeiras.

Em virtude da alienação ao longo do segundo semestre de 2018 da sua posição acionária no ativo Cielo, a CAIXAPAR não apresenta exposição ao fator de risco de mercado no encerramento do exercício.

A CAIXAPAR está sujeita à política de gerenciamento de riscos do conglomerado CAIXA. Considerando o contexto operacional e perfil de atuação da CAIXAPAR, não existe exposição relevante a riscos ou gestão ativa das exposições diretas aos riscos de crédito, mercado e liquidez. Tais riscos, juntamente com o risco operacional, são geridos no âmbito do conglomerado, pela unidade responsável pelo gerenciamento dos respectivos riscos na CAIXAPAR, que constitui a 1ª Linha de Defesa de monitoramento e gestão de tais riscos, complementada pela atuação da 2ª e 3ª Linhas de Defesa, no âmbito do Conglomerado CAIXA.

Nota 16 – Evento Subsequente

Em consonância com o Fato Relevante divulgado pelo Banco Pan em 13 de março de 2019, a CAIXAPAR ratifica a notificação do exercício do direito de aquisição de 50% das ações subscritas e integralizadas pelo acionista BTG Pactual no âmbito do Aumento de Capital comunicado ao mercado pela investida em 20 de abril de 2018, de forma que, após as competentes aprovações, a composição do capital total da companhia passará a ser de: (i) 41,7% para CAIXAPAR; (ii) 41,7% para o BTG Pactual e (iii) 16,6% para os acionistas minoritários.

André Nunes
Diretor-Presidente

Almir Alves Júnior
Diretor-Executivo

Rafael Pesce
Diretor-Executivo

Juliana Grigol Fonseca
Superintendente Nacional Contabilidade e Tributos
CRC 020734/O-3 DF